



Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

LÚCIO IGLESIAS PESSUTO

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A
CRIMINALIDADE NAS ESCOLAS**

Brasília - DF
2014

LÚCIO IGLESIAS PESSUTO

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A
CRIMINALIDADE NAS ESCOLAS**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCeub, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dra. Eneida Orbage de Britto Taquary.

Brasília - DF
2014

LÚCIO IGLESIAS PESSUTO

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A
CRIMINALIDADE NAS ESCOLAS**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCeub, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Orientador: Prof. Dra. Eneida Orbage de Britto Taquary.

Brasília, _____ de _____ de 2014.

Banca examinadora

Prof. Dra. Eneida Orbage de Britto Taquary / UNICEUB
Orientadora

Examinador / UNICEUB

Examinador / UNICEUB

Dedico este trabalho a Deus, Nossa Senhora Aparecida, aos meus amados pais, Maria de Fátima e Nelson, a minha tia Abadia, ao meu irmão Flávio e a todos os meus amigos que me incentivaram e acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por não me deixar desanimar nesta longa caminhada, pela sua presença em minha vida, me ajudar a ser sempre uma pessoa melhor e na fé que Nele deposito. Sou muito grato por ter a família que eu tenho, a família é o alicerce do ser humano.

Agradeço em especial aos meus pais, Nelson e Maria de Fátima, que desde o primeiro momento, mesmo estando muito indeciso sobre qual carreira seguir, me incentivaram a fazer o curso de Direito, com os quais sempre compartilho as minhas vitórias, derrotas, tristezas e alegrias. Tenho nestas duas pessoas, um exemplo a ser seguido.

Agradeço a minha querida supervisora e orientadora, Prof. Eneida Taquary, por me apoiar neste trabalho, sanar meus questionamentos, pela transmissão de conhecimentos ao longo deste percurso e por toda a sua dedicação.

Este é um momento muito especial para mim. Não foi um percurso fácil, felizmente contei com o apoio de pessoas muito solícitas e profissionais, dispostas a me ajudar, que forneceram informações cruciais para a realização do presente trabalho, são elas: Dr. Isley Marth, Diretor do colégio GISNO; Dra. Joselma Campos Mouta, Diretora do colégio CEMEB; Dr. Pedro Luiz da Silva Filho, Diretor do colégio PROEM; Dra. Angelita Amarante Garcia, Diretora do colégio CASEB e Dr. Réus Anthunes de Oliveira, Diretor do colégio CESAS. A todos eles, o meu muito obrigado de coração.

Agradeço a todos os professores do UniCeub, são pessoas maravilhosas que me proporcionaram estudo, conhecimento, reflexões e momentos muito especiais durante toda a faculdade.

Agradeço a todos os meus colegas de turma, que me ajudaram a chegar aonde cheguei, com bastante esforço, estudo, sempre apoiando e incentivando. Tenho certeza que no UniCeub conheci pessoas e fiz amizades para a vida inteira.

Com o fim do curso de Direito, me sinto gratificado. No início não sabia se era o curso ideal, se ia valer a pena, confesso que entrei meio às cegas e sem saber se era isso que eu realmente queria. Com o passar do tempo, percebi que o curso desenvolve várias vertentes, com certeza alguém se adequará a uma delas.

Hoje vejo a conclusão do curso de Direito como um marco em minha vida, algo que será sempre lembrado por mim, para contar minha experiência aos filhos e netos e sinto-me extremamente realizado em saber que todo o esforço valeu muito a pena.

*O que gostaria de conservar na família no
terceiro milênio são seus aspectos mais
positivos: a solidariedade, a fraternidade,
a ajuda mútua, os laços de afeto e o
amor. Belo sonho.*

(Michelle Perrot)

RESUMO

O presente trabalho pretende discorrer sobre o tema "Os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente e a Criminalidade nas Escolas", assunto que merece destaque nos tempos atuais. A sociedade enfrenta menores infratores em grande número, a maior parte inicia sua vida criminosa dentro das escolas públicas do Distrito Federal, sendo eles frutos de uma desestruturação e má convivência familiares, fatores que influenciam o psicológico dos jovens, os quais perdem noções das virtudes, solidariedade, amor e os valores da vida. Para tanto, a monografia dividiu-se em 3 capítulos. Inicialmente buscou-se conceituar os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente, elencando-os de uma forma que fique bem claro a importância individual de todos eles, que juntos, formam um cidadão viável. No segundo capítulo, foi feita uma pesquisa de campo em 5 Colégios Públicos do Plano Piloto, sendo realizadas 8 perguntas predefinidas diretamente a cada diretor destes colégios, com o intuito de saber a veracidade acerca da criminalidade nas escolas e quais fatores possivelmente desencadeariam o comportamento ilícito nos jovens. Também foi realizado um estudo sobre a escola em tempo integral, pois todos os diretores se pudessem investir em algo para melhorar o ensino e a capacitação dos jovens, investiriam na escola integral que fornece diversos benefícios. Por fim, no terceiro e último capítulo foi realizado um estudo gráfico com base nas respostas obtidas através dos diretores de cada colégio, com o objetivo de comparar os colégios estudados, bem como de tomar conhecimento dos atos infracionais mais praticados e qual a posição da escola nesse sentido. Com dados fornecidos pelas próprias instituições.

Palavras-chave: estatuto da criança e do adolescente; direitos fundamentais da criança e do adolescente; menores infratores; escola em tempo integral; atos infracionais; criminalidade nas escolas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DIREITOS CONSTITUCIONAIS	12
1.2 DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	17
1.2.1 O primeiro direito é o de viver	17
1.2.2 Direito à saúde	17
1.2.3 Direito à liberdade	18
1.2.4 Direito ao respeito e à dignidade	22
1.2.5 Direito à educação	23
1.2.6 Direito à cultura, esporte e lazer	25
1.2.7 Direito à profissionalização e à proteção ao trabalho	26
1.2.8 Direito fundamental à convivência familiar	28
2 PESQUISA DE CAMPO	30
2.1 PRIMEIRO COLÉGIO: CENTRO EDUCACIONAL GISNO	30
2.2 SEGUNDO COLÉGIO: CENTRO DE ENSINO MÉDIO ELEFANTE BRANCO - CEMEB	31
2.3 TERCEIRO COLÉGIO: ESCOLA DO PARQUE DA CIDADE - PROEM	34
2.4 QUARTO COLÉGIO: CENTRO EDUCACIONAL CASEB	35
2.5 QUINTO COLÉGIO: CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS ASA SUL – CESAS	37
2.6 ENFOQUE SUBJETIVO	39
2.7 ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E OS SEUS BENEFÍCIOS	41
3 ANÁLISE GRÁFICA SOBRE OS COLÉGIOS VISITADOS	46
3.1 QUANTO À QUESTÃO 1	46
3.2 QUANTO À QUESTÃO 2	47
3.3 QUANTO À QUESTÃO 3	50
3.4 QUANTO À QUESTÃO 4	51
3.5 QUANTO À QUESTÃO 5	55
3.6 QUANTO À QUESTÃO 6	57
3.7 QUANTO À QUESTÃO 7	58
3.8 QUANTO À QUESTÃO 8	59
CONCLUSÃO	61

REFERÊNCIAS.....63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discorrer sobre o tema “Os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente e a Criminalidade nas Escolas”, assunto este de suma importância na atualidade. É necessário entender o comportamento dos jovens infratores, quais os motivos que os levam a cometer os atos infracionais, como a família e a instituição lidam com eles, quais são os seus direitos e como poderia ser regredido o cometimento de atos infracionais por parte das crianças e dos adolescentes na visão de diretores de colégio públicos.

O motivo da escolha do presente tema foi pelo fato de Direito Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente serem as duas matérias que mais me identifiquei no curso. É um assunto polêmico e atual, foi escolhido para ser analisado, afim de saber quais as condições, (não apenas financeira, mas sim familiar) desses adolescentes infratores e como o problema da criminalidade que se inicia nas escolas poderia ser coibida ou ao menos diminuída com o intuito dessas pessoas se tornarem cidadãos viáveis.

Os objetivos deste trabalho são esclarecer os aspectos mais relevantes acerca dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente, que devem ser exercidos em sua totalidade afim de assegurar a formação dos jovens e a Criminalidade nas Escolas, quais atos infracionais são mais praticados e qual a punição recebida pelas instituições, bem como estudar os fatores que influenciam tal comportamento e os fatores que servem para reduzir o índice do cometimento de atos infracionais.

Para responder tal questionamento, foi realizada uma pesquisa de campo em 5 colégios públicos do Plano Piloto, porque como se sabe, apresentam um maior índice de criminalidade e problemas com os jovens estudantes, bem como problemas de infraestrutura que também interferem na educação e no gosto pelos estudos. O intuito era saber quais atos infracionais são praticados com maior frequência, para coibir determinadas ações. Também é importante saber quais soluções são válidas para restaurar os jovens dessa geração e das próximas também, para tanto, os diretores de cada colégio responderam a 8 perguntas predefinidas cujas respostas têm extremo impacto nos tempos atuais.

Grande parte do Capítulo I deste trabalho é baseado no livro da autora Kátia Maciel “Curso de Direito da Criança e do Adolescente”, este primeiro capítulo é o mais teórico de todos, pois explana os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente, também serão utilizados textos publicados na internet no Capítulo II e a pesquisa de campo realizada, bem como a análise gráfica das respostas dadas pelos Diretores dos colégios no Capítulo III, gerando assim um texto mais subjetivo com base nas respostas obtidas.

O método utilizado para a abordagem neste trabalho foi o indutivo, onde foram analisadas a legislação aplicável, pesquisas bibliográficas e de campo.

Para a confecção deste trabalho, em um primeiro momento, serão elencados todos os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Em um segundo momento, será apresentada a pesquisa de campo realizada juntamente com os diretores de 5 colégios públicos do Plano Piloto, seguida de considerações acerca da escola em tempo integral, que segundo todos os diretores, seria o procedimento mais válido para renovar o ensino, coibir os atos infracionais praticados pelos adolescentes e tirá-los da ociosidade. No terceiro e último capítulo será apresentado um estudo gráfico com base nas respostas das perguntas predefinidas feitas aos diretores das escolas, com o intuito, além de comparar os colégios, ter o conhecimento dos atos infracionais praticados e qual a posição da instituição a respeito disso.

1 DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Neste capítulo introdutório, que serve de base para a formação de um ser humano viável, estão elencados os direitos fundamentais da criança e do adolescente, para que seja construída a ideia de todas as necessidades que os jovens possuem para o seu crescimento de corpo e mente, bem como seu amadurecimento de um modo geral, afim de se tornarem cidadãos e fazerem parte de uma sociedade.

Segundo Ferreira (p.610), doutrina "é o conjunto de princípios que servem de base a um sistema religioso, político, filosófico, científico etc." Ou seja, há uma idéia de valor, desenvolvida por princípios e regras. Sendo comum à diversas ciências sociais e não exclusiva do mundo jurídico. (MACIEL, 2009, p.11).

Antes de elencar os direitos fundamentais da criança e do adolescente, é necessário o conhecimento da Doutrina da Proteção Integral.

A declaração dos Direitos da Criança de Genebra, promovida pela Liga das Nações, em 1924, foi o primeiro documento internacional que externalizou a preocupação acerca dos direitos da criança e do adolescente. O grande marco no reconhecimento dos direitos infanto-juvenis, contudo, foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança adotada pela ONU em 1959. (MACIEL, 2009, p.11).

A partir daí o mundo começou a perceber que as crianças, de fato, carecem de proteção e cuidados especiais, bem como são sujeitos de direito. Neste documento foi estabelecida proteção especial para o desenvolvimento físico, espiritual e mental; prioridade em proteção e socorro; proteção contra crueldade e negligência; proteção contra atos de discriminação; educação gratuita e compulsória; dentre outros princípios. (MACIEL, 2009, p. 11-12).

Uma atualização no documento era necessária, por conta dos avanços e anseios sociais, então em 1979 a ONU montou um grupo para o preparo do texto da Convenção dos Direitos da Criança, o qual foi aprovado em novembro de 1989. (MACIEL, 2009, p. 12).

Conforme Maciel (2009, p. 12):

A doutrina da proteção integral foi adotada, fundada em 3 pilares: 1º) reconhecimento da peculiar condição da criança e adolescente como pessoa em desenvolvimento, titular de proteção especial; 2º) crianças e

jovens têm direitos à convivência familiar; 3º) as Nações subscritoras obrigam-se a assegurar os direitos insculpidos na Convenção com absoluta prioridade.

Em setembro de 1990, foi realizado o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, representantes de 80 países assinaram a Declaração Mundial pela Sobrevivência e a Proteção e o Desenvolvimento da Criança, dentre eles o Brasil, para a efetivação da Convenção dos Direitos da Criança. Neste mesmo encontro também lançou-se o Plano de Ação da década de 90, cujo objetivo era promover a rápida implementação da Convenção. Existia também o comprometimento em combater a desnutrição, bem como o analfabetismo e também a melhora da saúde das mães e crianças. (MACIEL, 2009, p. 12).

A doutrina da proteção integral é esculpida no artigo 227 da Constituição e substituiu a doutrina da situação irregular, que foi oficializada pelo Código de Menores de 1979. O que ocorreu não foi substituição simples, mas sim, uma mudança de paradigma. A doutrina da situação irregular ocupou o cenário brasileiro por quase um século, mas era restrita. Tratava apenas daqueles que se enquadravam no modelo pré-definido da situação irregular, que estava disposto no artigo 2 do Código de Menores. Eram compreendidas apenas as vítimas de maus-tratos; o autor de infração penal e os que apresentavam desvio de conduta; aqueles que eram privados de condições para a sua subsistência, instrução obrigatória ou saúde, em razão da omissão ou falta dos responsáveis e aqueles que estavam em perigo moral pelo fato de estarem em atividades ou ambientes que contrariam os bons costumes. (MACIEL, 2009, p. 12-13).

Verifica-se que o Código de Menores era muito restrito, não poderia lidar e proteger crianças e adolescentes de um modo geral. Normalmente estes eram levados para internatos, se fossem infratores, iriam diretamente para a FEBEM. A família ou a falta da família eram consideradas situações irregulares, não havendo preocupação em manter o vínculo familiar.

Segundo Cunha (1996), “os menores considerados em situação irregular passam a ser identificados por um roso muito concreto: são os filhos das famílias empobrecidas, geralmente negros ou pardos, vindos do interior e das periferias.”

A doutrina da proteção integral absorve os valores insculpidos na Convenção dos Direitos da Criança. Pela primeira vez na História, as crianças adquiriram

direitos fundamentais, como qualquer ser humano, a partir daí, criou-se o Direito da Criança e do Adolescente. Em contrapartida ao Direito do Menor, ele era abrangente, universal, amplo e principalmente exigível.

O artigo 227 da Constituição Federal é definidor em seu caput, no que tange aos direitos fundamentais, portanto possui aplicação imediata. Porém o Estatuto da Criança e do Adolescente ficou incumbido de construir o sistema da proteção integral:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º - A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º - No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas. (BRASIL, 1988).

O direito tradicional foi superado, pois não percebia a criança e o adolescente como indivíduos, bem como o Direito moderno do menor incapaz, que é objeto de manipulação dos adultos. O tratamento como sujeito de direitos da criança e do adolescente só começou a ocorrer na era pós-moderna. (GONÇALVES, 2002).

A nova Lei 8096/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) previu um conjunto de medidas aos 3 entes federativos, por meio de políticas e programas de assistência social, políticas sociais básicas e serviços de atendimento às vítimas de abuso, maus-tratos, negligência, conferiu proteção jurídico social através de entidades da sociedade civil, como o Conselho Tutelar.

Segue um quadro comparativo para esclarecer as mudanças realizadas da Situação irregular, que era altamente restritiva, para a Proteção Integral (MACIEL, 2009, p. 15):

ASPECTO	ANTERIOR	ATUAL
Doutrinário	Situação Irregular	Proteção Integral
Caráter	Filantropico	Política Pública
Fundamento	Assistencialista	Direito Subjetivo
Centralidade Local	Judiciário	Município
Competência Executória	União/Estados	Município
Decisório	Centralizador	Participativo
Institucional	Estatal	Cogestão Sociedade Civil
Organização	Piramidal Hierárquica	Rede
Gestão	Monocrática	Democrática

A doutrina da situação irregular que era vigente até então, foi superada pela Carta Constitucional de 1988, assegurando com absoluta prioridade às crianças e

aos adolescentes, os direitos fundamentais, determinando ao Estado, à sociedade e à família o dever legal e concorrente de assegurá-los.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado para regulamentar e dar efetividade à norma constitucional. O ECA é um microssistema aberto de regras e princípios, que foi fundado em 2 pilares básicos, são eles: 1 - criança e adolescente são sujeitos de direito; 2 - afirmação de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (MACIEL, 2009, p. 11).

Os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente são direitos inatos ao ser humano, mas que variam ao longo da história. Estão atualmente presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, também presentes nos Estados Democráticos de Direito. São direitos que se opõem ao Estado, limitando e condicionando a sua atuação. (MACIEL, 2009, p. 31).

Bobbio (apud MACIEL, 2009, p. 31) distinguiu três fases no desenvolvimento dos direitos do homem. Em um primeiro momento, há o direito de liberdade, no qual todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado, bem como a reserva de uma esfera de liberdade com relação ao Estado, para o indivíduo ou para grupos particulares. No segundo momento, ocorrem os direitos políticos, que consequenciaram a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade do poder político. Os direitos políticos não apenas concebem a liberdade negativamente, como não impedimento, mas sim positivamente, como autonomia. Por fim, a terceira fase no desenvolvimento dos direitos do homem, é a proclamação dos direitos sociais, que amadureceram novas exigências e valores - como o bem-estar e a igualdade não apenas formal, que poderíamos chamar de liberdade através do Estado ou por meio do Estado.

Um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, o Brasil tem na proteção dos direitos humanos. Ao longo do texto constitucional, com ênfase no seu artigo 5º, o qual previu e garantiu direitos fundamentais. (MACIEL, 2009, p. 31).

No que diz respeito às crianças e aos adolescentes, o legislador constituinte particularizou os direitos que se mostram indispensáveis à formação do indivíduo que se encontra em desenvolvimento, elencando-os no caput do artigo 227. São eles: direito à vida, à alimentação, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar. (MACIEL, 2009, p. 31).

1.2 DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê uma Constituição de Direitos para os menores de 18 anos.

1.2.1 O primeiro direito é o de viver

É um direito fundamental homogêneo, considerado como o mais elementar e absoluto de todos os direitos, pois é indispensável para exercer todos os demais. Implica no reconhecimento do direito de viver bem e de viver com dignidade, desde o momento da formação do ser humano. (MACIEL, 2009, p. 32).

Segundo José Afonso da Silva, a palavra dignidade é empregada como uma forma de comportar-se, ou como atributo intrínseco da pessoa humana, o último seria como um valor de todo ser racional. (MACIEL, 2009, p.32)

Este direito visa garantir o futuro da própria população. Viver com dignidade para que as crianças tenham uma vida digna. A criança precisa ter educação, saúde, moradia. É o direito mais essencial a todos, sem ele não podemos ter direito aos outros. Existe ainda na vida intrauterina.

1.2.2 Direito à saúde

Saúde não é ausência de doenças, mas sim um completo bem-estar social, físico e mental.

É um direito fundamental homogêneo, tem certo grau de especificidade em relação à saúde adulta. Por este motivo, Martha de Toledo Machado afirma que se constitui direito fundamental especial de crianças e adolescentes. (MACIEL, 2009, p. 32).

Os filhos que forem ouvidos, acolhidos e amados pelos pais, têm menos probabilidade de desenvolverem abalos psicológicos. Quanto ao aspecto físico, é sempre bom perceber mudanças comportamentais, bem como as queixas feitas pelos filhos.

Os pais devem cuidar o bem-estar físico e mental dos filhos, por exemplo: levando-os de forma regular ao médico, principalmente durante a infância, manter a vacinação em dia e, o mais importante, ficarem atentos aos filhos. Ninguém melhor do que os pais para se atentarem aos filhos e ao primeiro sinal já buscar atendimento adequado. (MACIEL, 2009, p. 32).

Porém garantir a saúde não envolve apenas cuidados médicos. A alimentação também faz parte da saúde. Deve-se promover uma nutrição adequada, o que significa prevenir doenças decorrentes de desnutrição ou obesidade infantil, que hoje é um grande mal para as nossas crianças e adolescentes. (MACIEL, 2009, p. 32).

Se a família não tem renda viável para alimentar bem os filhos, o poder público deve intervir e criar programas para garantir essa renda. Um exemplo é o Bolsa Família. Os conselhos tutelares também têm o dever de encaminhar as famílias para os programas, quando se depararem com uma situação de miséria ou pobreza. (MACIEL, 2009, p. 32).

O artigo 7 do ECA discorre sobre o direito à saúde. Garantir que as crianças e adolescentes se tornem adultos viáveis, e isso se diz respeito à saúde. Ainda na vida intrauterina a criança já tem direito à saúde:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990).

1.2.3 Direito à liberdade

A palavra "liberdade" é derivada do latim *libertas*, de livre, que indica "a condição de livre ou estado de livre". Segundo De Plácido Silva, "liberdade é faculdade ou poder outorgado à pessoa, para que possa agir segundo a sua própria determinação, respeitadas, no entanto, as regras instituídas." (MACIEL, p.42).

De acordo com Hayek (1987):

Liberdade não apenas significa que o indivíduo tem a oportunidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de escolher, também significa que deve arcar com as consequências de suas ações, pelas quais será louvado ou criticado. Liberdade e responsabilidade são inseparáveis.

É traduzido como o direito de ir e vir, mas não é somente isso. A liberdade que o ECA preconiza é também aquela de crença e culto religioso, liberdade para brincar, praticar esportes, divertir-se, participar da vida em família, na sociedade e vida política, ir e vir, bem como de opinião, expressão, bem como buscar auxílio, refúgio e orientação. (MACIEL, 2009, p. 42).

Culto religioso e crença livres estão presentes no direito à liberdade, pois os pais, em cumprimento no dever de educar, devem fornecer educação moral e formal, formação religiosa. De início os filhos seguem a religião dos pais, pois foi a única já apresentada para eles. (MACIEL, 2009, p. 44).

Quando os filhos amadurecem, questionam e aprendem que existem diversas religiões, a lei assegura o direito de escolher uma forma de religião, para melhor satisfazer seus objetivos de vida. Os pais não poderão interferir no processo de escolha. A ação dos pais está limitada pelo princípio de melhor interesse do filho. (MACIEL, 2009, p. 44).

Já a liberdade de brincar, se divertir, e praticar esportes é peculiar à condição de pessoa em desenvolvimento, ou seja, crianças e adolescentes. Os esportes são importantíssimos para o desenvolvimento motor, físico, e a integração social entre crianças e jovens. Brincar e se divertir proporciona o amadurecimento das crianças e adolescentes. (MACIEL, 2009, p. 44).

A seguir vemos um trecho retirado do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, do Ministério da Educação e do Desporto, de janeiro de 1998:

O brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento e a educação das crianças pequenas o fato de a criança, desde muito cedo, se comunicar através de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras podem desenvolver algumas capacidades importantes como: a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas competências para a vida coletiva, através da interação e da utilização de experiência de regras e papéis sociais. É sabido, enfim, que ao brincar as crianças exploram, perguntam e refletem sobre as formas culturais nas quais vivem e sobre a realidade circundante, desenvolvendo-se psicologicamente e socialmente.

Liberdade de ir e vir. Para Mônaco (apud MACIEL, 2009, p. 43), a criança deve gozar a possibilidade de ir, vir, e estar onde possa desenvolver sua personalidade com vistas a sua plena conformação e de acordo com seu interesse

superior. Todavia, sofre restrições nessa liberdade justamente em função desse mesmo interesse superior flexionado para o pleno desenvolvimento de suas características humanas. Trata-se assim, de uma liberdade que se autocontém ou que é autocontida pelos princípios e pelas finalidades desse direito.

Crianças e adolescentes têm direito à liberdade de locomoção, mas não há livre circulação para eles. A própria lei traz impedimentos, ex: uma criança não pode viajar sozinha num ônibus, nem entrar no avião para viajar a outro país.

Esta liberdade envolve também o estar e o permanecer, mas não ocorre a autodeterminação de crianças e adolescentes decidirem o seu destino, haja visto que a lei ressalva as restrições legais. (MACIEL, 2009, p. 43).

Cabe aos pais, família e comunidade, observar e fiscalizar o exercício desse direito concedido. Não é bom permitir que a criança ou adolescente permaneça nas ruas, afastadas das escolas, que usem drogas, peçam esmola ou realizem pequenos furtos, mesmo que estejam na rua porque simplesmente querem estar na rua. Eles podem se colocar em risco em razão de sua conduta, enquadrando-se o artigo 98, III do ECA, justo motivo para pronta intervenção da rede garantidora.

Uma dificuldade prática que se encontra com relação às crianças e adolescentes pelos motivos supracitados é a abordagem e o convencimento, em geral para os adolescentes. É necessário que haja uma capacitação das equipes para abordar e convencer, bem como a formação para cuidar dos meninos de rua e também a reintegração dos que apenas estão na rua. (MACIEL, 2009, p. 43).

A liberdade deve ser usada a favor da criança e do adolescente, logo, eles não têm o direito de abandonar a escola e permanecer em casa, assistir programas televisivos impróprios ou frequentar lugares impróprios à sua condição de pessoa em desenvolvimento. (MACIEL, 2009, p. 43).

Esse cerceamento é por conta do princípio da peculiaridade, uma pessoa em formação precisa de algum suporte para que ela não seja influenciada. O Direito da Criança e do Adolescente não pode ser exercido em desfavor deles. Sempre zelando pela proteção integral dessa criança. É permitido cercear o direito de ir e vir, em prol da proteção integral. Aquela pessoa em desenvolvimento ainda não tem plenas condições de um direito que pode ser perigoso, a liberdade não pode ser usada de forma equivocada.

As liberdades de opinião e de expressão se complementam. A expressão é ativa e a opinião é passiva. Opinar é formar o conhecimento, expressar é externá-lo. (MACIEL, 2009, p. 43).

Crianças e adolescentes têm o direito de pensar e formar sua concepção sobre qualquer assunto que os circundam. Para tanto, devem ter acesso à educação, não existem liberdade com ignorância. Assim sendo, crianças e jovens têm o direito de serem informados, incumbe à comunidade, pais, parentes, médicos, profissionais da educação, enfim todos os que fazem parte do cotidiano infanto-juvenil. (MACIEL, 2009, p. 43).

A atual ordem jurídica fundada na dignidade da pessoa humana concretiza que a família é funcionalizada existindo não só para si e para a sociedade, mas também para realizar as relações de afeto entre seus membros. O modelo é isonômico, no qual a direção da sociedade familiar é exercida pelo casal. Neste regime, as opiniões expressas por cada membro da família têm relevância, os filhos têm a liberdade de se expressar, argumentar e participar da vida familiar sem discriminação, formando-se assim um novo adulto. A participação não se restringe apenas na esfera familiar, mas também na vida política e comunitária, na forma da lei. Como por exemplo, a votação a partir dos 16 anos de idade. Assim um adolescente também pode ajudar a direcionar o país, bem como se crescer e se desenvolver de maneira pessoal. (MACIEL, 2009, p. 43-44).

Acerca do direito à liberdade acima exposto, vejamos os artigos 15 e 16 do ECA:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

1.2.4 Direito ao respeito e à dignidade

Respeito é o tratamento atencioso à própria consideração que se deve manter nas relações com as pessoas respeitáveis, seja pela idade, por sua condição social, pela ascendência ou grau de hierarquia em que se encontram. Já dignidade é a qualidade moral que, possuída por uma pessoa, serve de base ao próprio respeito em que é tida. (MACIEL, 2009, p. 45).

É obvio que crianças e adolescentes têm o direito de se desenvolver como crianças e adolescentes. Porém nem sempre isso é respeitado. Já se ouviu falar da expressão “infância perdida”.

Hoje em dia, a sociedade passa a exigir cada vez mais um comportamento adulto do que o normal, para a faixa etária de crianças e adolescentes. Algumas são tão ocupadas que perdem o tempo para brincar, conversar e se divertir, outras têm a obrigação de amadurecer mais cedo, porque devem cuidar dos irmãos ou da casa enquanto os pais trabalham. O reflexo é um pseudo-amadurecimento vazio, no qual crianças e jovens se veem muitas vezes perdidos, desejosos de viver fases da vida que ainda não estão prontos. Como por exemplo, a gravidez precoce. (MACIEL, 2009, p. 45).

Segundo Gustavo Ferraz de Campos Mônaco: o desenvolvimento das características infantis e juvenis dos menos de 18anos deve ser garantido de forma prospectiva, tendo-se sempre em vista a especial condição de seres em desenvolvimento que devem ser dotados de condições necessárias e suficientes para a plena compreensão do papel que devem desempenhar na comunidade.

Vejamos os artigos 17 e 18 do ECA:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art 18: A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

A iniciativa constitucional de declarar os valores da liberdade, respeito e dignidade, como direitos fundamentais, representou um significativo avanço em nosso sistema jurídico. Quando recuamos na História da humanidade, esses valores surgirão como uma capacidade de tolerar do ser humano, do meio onde vive e de aceitar a si mesmo. Quando o homem nasce, está desprovido de equipamentos para agir de maneira adequada, logo, depende de alguém para cuidar e passar pelos perigos e temores da vida. (PEREIRA, 1999, p. 73).

A liberdade, o respeito e a dignidade, já fazem parte do homem como ferramentas simples para enfrentar a própria sobrevivência. O reconhecimento dos direitos da liberdade, respeito e dignidade à população infanto-juvenil, representou um importante e decisivo passo para a estrutura jurídica de nosso país e também para a emancipação da humanidade. (PEREIRA, 1999, p. 73).

O legislador quis que fossem garantidos os direitos básicos de caráter moral, desta vez como prioridade absoluta constitucional, ao estabelecer o art 1 da lei 8096/90, o qual foi visto anteriormente.

1.2.5 Direito à educação

Conceitua-se educação como sendo o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social. (MACIEL, 2009, p. 45).

O processo educacional visa a integral formação da criança e do adolescente buscando seu desenvolvimento, seu preparo para o pleno exercício da cidadania e para ingresso no mercado de trabalho (art. 205 da CF).

É um direito fundamental que permite a instrumentalização dos demais, pois não há implemento universal dos direitos fundamentais sem o conhecimento. A ignorância leva a uma passividade generalizada a qual impede questionamentos, impede o crescimento do ser humano e conseqüentemente da nação e assegura a manutenção de velhos sistemas violadores das normas que valorizam o ser humano. A nossa atual política educacional funda-se nos seguintes princípios constitucionais:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

O abuso da educação configura ilicitude, apesar dela der um direito fundamental, deve ter o exercício regular. Bem como se um adolescente perturbar os outros na sala de aula prejudicando ou impedindo o regular exercício do direito pelos demais estudantes, deverá sofrer sanções, como advertência ou expulsão, de acordo com o regimento escolar. (MACIEL, 2009, p. 45).

As medidas que forem aplicadas não deverão fornecer prejuízo irreparável para a criança ou adolescente. Deste modo, o estudante não poderá ser suspenso no período dos exames escolares ou sofrer uma transferência nesse período, nem ser expulso da escola sendo se sua transferência não for possível. (MACIEL, 2009, p. 46).

Segundo Maciel (2009, p. 46-47):

Educação é direito de todos, sem distinção. Assegurá-lo é dever dos pais, através da matrícula dos filhos na rede de ensino; dever da sociedade; fiscalizando os casos de evasão ou de não ingresso na escola através do conselho tutelar, dos profissionais de educação ou qualquer outro meio e, principalmente, dever do poder público, mantendo uma oferta de vagas que permita o livre e irrestrito acesso à educação. Caso a rede pública não seja suficiente para absorver toda a demanda, caberá ao poder público custear o ensino na rede privada através de um sistema de bolsas de estudos, como autorizado pelo art. 213, §1º da CF. O que não se pode admitir é a violação do direito à educação sob a justificativa da insuficiência de vagas. É negar eficácia à norma constitucional.

A criança ou adolescente que for portador de necessidades especiais ou deficiente físico terá vaga garantida nos sistemas profissionais e educacionais capacitados, sendo que o Estado deve oferecer vagas para a educação especial durante o período infantil, dos 0 aos 5 anos. A existência de uma classe especial em cada escola não é uma exigência, mas dentro da rede regular de ensino, deverão ser incluídos aqueles que possuem necessidades especiais, sendo tratados de forma adequada, para as suas peculiaridades serem atendidas. Se a inclusão da rede regular de ensino não for possível, os alunos deverão ser encaminhados para as instituições especializadas, em conformidade com o artigo 58 da Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB). (MACIEL, 2009, p. 47).

Os adolescentes infratores que estão em cumprimento de medida socioeducativa ou que foram internados provisoriamente devem ter o direito à educação assegurado, assim como os outros, como parte integrante do processo de ressocialização. A formação do adolescente não pode ser interrompida para cumprimento da medida.

1.2.6 Direito à cultura, esporte e lazer

O ECA proporcionou às crianças e adolescentes não apenas os direitos considerados imprescindíveis ao homem, como a educação, a vida e a saúde, mas também trouxe direitos que são considerados secundários, mas de grande influência para a formação e desenvolvimento da criança e do adolescente. Eles necessitam de diversos estímulos para se tornarem cidadãos viáveis, tais como: educacionais, motores, culturais, educacionais e sociais. (MACIEL, 2009, p. 57).

Espectáculos culturais como o cinema, a dança e a música, permitem que os jovens tenham contato com valores, comportamentos, crenças, que são difundidos através de outro canal. Estimulando o pensamento e a inteligência em desenvolvimento de maneira diferente da educação formal.

O esporte ajuda na socialização e no desenvolvimento das atividades motoras do jovem, dependendo pode ser levado até como uma profissão, além de fazer muito bem à saúde.

Todo jovem tem o direito de brincar e se divertir, bem como de não fazer nada. Claro que com ressalvas, ele deve frequentar a escola e ter uma boa relação

com a família/responsáveis para que em seu tempo livre possa fazer o que tiver vontade, de certa forma digamos que ele deve ser uma criança ou adolescente responsável. O lazer engloba divertimento e entretenimento, que são cruciais para a felicidade e um antídoto para a depressão. O recreio nas escolas é obrigatório, por ser um meio no qual os estudantes podem interagir e descansar a mente. (MACIEL, 2009, p. 57).

Esses direitos são assegurados aos jovens para que se tornem sãos de corpo e mente, afim de que futuramente tenham um amadurecimento e uma cultura mais completos, para se tornarem cidadãos completamente formados e que colaborem de forma benéfica com a sociedade como um todo. Para a evolução e crescimento do ser humano, esses direitos aqui presentes são de suma importância.

De acordo com Maciel (2009, p. 58), o Poder Público e família têm importante papel na efetivação desses direitos fundamentais. O Estado deve assegurar o acesso a cultura, esporte e lazer através da construção de praças, instalação de lonas culturais, de teatros populares, promoção de shows abertos ao público, construção de complexos ou simples ginásios poliesportivos. A família deve buscar, de acordo com a sua classe social, ofertas às crianças e jovens a possibilidade de frequentar teatros, shows, assistir filmes ou, simplesmente brincar. A própria escola tem importante papel na promoção desses direitos, sendo comum passeios a museus ou formação de grupos de teatro pelos próprios alunos.

1.2.7 Direito à profissionalização e à proteção ao trabalho

A profissionalização faz parte do aprendizado e formação do adolescente, logo é um direito fundamental. Há um regime especial de trabalho, pelo fato do adolescente estar em desenvolvimento.

A CF de 88 fixou a idade mínima para trabalho do adolescente em 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. A Emenda Constitucional número 20 de 15/12/1998 alterou o inciso XXXIII do artigo 7º. O adolescente pode trabalhar a partir dos 16 anos de idade, salvo nas condições de aprendiz, que aí passa a ser de 14 anos.

O artigo 405 § 3º da CLT dispõe sobre locais de trabalho considerados prejudiciais ao adolescente.

Art 405 [...]

§ 3º Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho

- a) prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, buates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos;
- b) em empresas circenses, em funções de acróbata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes;
- c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral;
- d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas. (BRASIL, 1943).

Todavia o Juiz da Infância e da Juventude poderá conceder uma autorização para o jovem trabalhar ou para fazer parte de espetáculos, cinemas, circos e afins, desde que não prejudique a sua formação moral.

Tratamento similar é dado às crianças pequenas que atuam em peças teatrais e novelas. O que ocorre não é um contrato de trabalho amparado pela CLT, a explicação é que trabalho infantil é proibido pela constituição. Ocorre um tratado de participação em obra teatral, televisiva ou cinematográfica, a qual depende de autorização do juiz e é submetida a um regime especial. O alvará de liberação deve demonstrar a peculiaridade do trabalho que será exercido e adequando-se à rotina do jovem, para que não prejudique o seu desenvolvimento. Um limite de horas e dias para gravação será estipulado para evitar que o trabalho interfira na vida pessoal e educacional da criança ou adolescente. (MACIEL, 2009, p. 59).

Atividades profissionais feitas em locais e horários que comprometam a frequência na escola não serão permitidas. O direito a educação é indisponível e pode ser complementado pela atividade profissional, mas não pode ocorrer o contrário. A carga horária máxima é de 44 horas semanais, havendo um intervalo de 1 a 2 horas se o trabalho superar 6 horas diárias. Se a jornada for de 15 minutos, o intervalo deverá ser de no mínimo 15 minutos. O contrato de trabalho deverá ser anotado na carteira de trabalho, e os direitos trabalhistas serão garantidos. As férias poderão ser gozadas após 12 meses de atividade e coincidindo com as férias escolares, em conformidade com os artigos 134 da CLT. (MACIEL, 2009, p. 59).

Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1º - Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2º - Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

Art. 136 - A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

§ 1º - Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço

§ 2º - O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

1.2.8 Direito fundamental à convivência familiar

O artigo 227 da CF assegura a convivência familiar para toda criança e adolescente como um Direito Fundamental disperso. Esta garantia advinda da Constituição foi integralmente inserida na Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do adolescente), nos artigos 4º e 16, V, e também em todo o Capítulo III do Título II. Vejamos o artigo 4º e 16 da Lei 8096/90:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

A Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança normatiza:

Os Estados-Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e com os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança.

O Direito à convivência familiar, antes mesmo de ser um direito, é uma necessidade da criança, no mesmo patamar de importância do direito fundamental à vida. (COSTA, 2004).

Segundo Maciel (2009, p. 61):

Ao lado da convivência familiar, merece trazer à baila o Direito Fundamental à Convivência Comunitária previsto nos mesmos dispositivos legais referidos, pois constitui uma intersecção imperativa com aquele outro, de maneira que somente com a presença de ambos haverá um bom e saudável desenvolvimento de ser humano em processo de formação. A criança e o adolescente, com o passar dos anos, ampliam os seus relacionamentos e passam a viver experiências próprias fora do âmbito familiar que lhe auxiliarão no incremento da personalidade e do caráter. Neste ponto, a convivência escolar, religiosa e recreativa deve ser incentivada e facilitada pelos pais. Estes espaços complementares do ambiente doméstico constituem pontos de identificação importantes, inclusive para a proteção e o amparo do infante, mormente quando perdido o referencial familiar.

Tamanha a importância do direito em apreço, as convivências familiares e comunitárias culminaram na edição do denominado Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, a qual tem por fim recuperar o ambiente familiar, prevendo políticas públicas para evitar a institucionalização. (MACIEL, 2009, p. 62).

A família é o alicerce do ser humano. A base da educação, o primeiro afeto e as primeiras interações da criança e adolescente são feitas com ela. Ser educado e criado junto aos pais adotivos ou biológicos representa para o menor de idade uma integração a um núcleo de amor, proteção e respeito.

2 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada em 5 colégios públicos do Plano Piloto: GISNO, CEMEB, CASEB, PROEM e CESAS. O motivo de escolha foi pelo fato de serem colégios públicos, e como se sabe, enfrentam maiores problemas com os jovens infratores do que os colégios particulares, no que tange propriamente os estudantes e também questões de infraestrutura das instituições, que em sua maioria encontra-se defasada.

Baseia-se em perguntas predefinidas e foram entrevistados: Sr. Isley Marth, Diretor do colégio CED Gisno; Sra. Joselma Ramos Mouta, Diretora do Colégio CEMEB; Pedro Luiz da Silva Filho, Diretor do colégio PROEM; Sra. Angelita Amarante Garcia, Diretora do colégio CASEB e o Sr. Réus Anthunes de Oliveira, Diretor do colégio CESAS.

As perguntas foram feitas diretamente aos diretores das respectivas escolas e as respostas foram respondidas pelos mesmos. A seguir verificaremos as respostas obtidas.

2.1 PRIMEIRO COLÉGIO: CENTRO EDUCACIONAL GISNO

1 - O que você poderia me dizer sobre a atual situação em que se encontra esta escola, ou as escolas públicas do DF de um modo geral, no sentido das instalações institucionais e quanto à satisfação dos professores e alunos?

Resp.: funciona em 3 turnos, 3650 alunos. 645 escolas que o DF tem, esta escola tem uma certa tranquilidade, tem polo da PM aqui dentro, traz uma certa segurança. Alunos vem de fora drogado, ponto de referência é o ALUB.

2 - Você tem o conhecimento de atos infracionais praticados por crianças ou adolescentes dentro ou próximo da instituição? Se sim, quais atos são praticados com maior frequência?

Resp.: nenhum.

3 - Qual a quantidade de alunos envolvidos no cometimento destas infrações?

Resp.: 3650, cerca de 2%. Envolvidos no cometimento de infrações.

4 - Em caso do cometimento de atos infracionais, como funciona a repreensão da instituição? Se tiver conhecimento, como os pais se comportariam com os filhos, devido à atitude destes?

Resp.: a questão infracional é comunicada à polícia. O diretor vai acompanhando o aluno para a DCA até a chegada do responsável.

5 - Qual a faixa de idade dos alunos desta instituição?

Resp.: 1º, 2º e 3º anos do ensino médio é de 14 aos 16 anos na parte da manhã. 17 anos a tarde e 18 anos a noite.

6 - A renda financeira dos pais dos estudantes que aqui frequentam é alta ou baixa? Há variações?

Resp.: há variações, a maioria dos alunos é de cidades satélites de classe média.

7 - Tem conhecimento acerca do grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes?

Resp.: ensino médio completo em sua maioria.

8 - Se você pudesse mudar qualquer coisa no ensino ou nas escolas públicas, para que haja um maior interesse nos estudos pelos alunos, afim de que eles não praticassem atos lesivos à população e se tornassem cidadãos viáveis, o que você mudaria?

Resp.: escola integral, em termos pedagógicos. Tirando o aluno da ociosidade, quando sai da escola não tem expectativa, por questões de segurança.

Isley Marth, diretor do colégio CED GISNO.

2.2 SEGUNDO COLÉGIO: CENTRO DE ENSINO MÉDIO ELEFANTE BRANCO - CEMEB

Quando visitei o Colégio CEMEB a diretora se encontrava muito ocupada e esta solicitou que eu mandasse um e-mail. Aqui seguem as indagações respondidas no e-mail pela diretora:

1 - O que você poderia me dizer sobre a atual situação em que se encontra esta escola, ou as escolas públicas do DF de um modo geral, no sentido das instalações institucionais e quanto à satisfação dos professores e alunos?

- a) Estrutura - Insatisfação grande devido à precariedade. No Plano Piloto, as escolas têm mais de 30 anos e nunca passaram por uma reforma.
- b) Pedagógico - mudanças sucessivas de orientações pedagógicas, oriundas de quem está no poder e certa falta de estabilidade nas ações geram muita insatisfação.
- c) Administrativo - carência de material, verba e pessoal - principais problemas.
- d) Avanços - o livro didático de qualidade oferecido no ensino médio, a passagem gratuita para estudantes, políticas públicas para acesso ao ensino superior: ENEM, SISU, FIES, SISUTEC etc., bolsa família - acesso à escola para estudante carente, vale material escolar, verba destinada diretamente à escola.

2 - Você tem o conhecimento de atos infracionais praticados por crianças ou adolescentes dentro ou próximo da instituição? Se sim, quais atos são praticados com maior frequência?

- a) Assaltos - próximo à escola, principalmente de celulares.
- b) Dentro da escola - furtos frequentes de pequenos objetos de valor, principalmente, celulares.
- c) Fora- briga de gangues.
- d) Dentro - conflitos violentos resultantes de *bullying* virtual (facebook entre outros).
- e) Fora - tráfico de drogas.
- f) Dentro - tráfico de drogas muito velado.
- g) Assaltos - participando com quadrilhas. Neste ano, fomos notificados de 3 estudantes detidos por 30 dias devido a isso e mais 3 estudantes em medidas socioeducativas de anos anteriores.
- h) Fora - violência ou negligência familiar.
- i) Fora ou na família - assédio sexual.

3 - Qual a quantidade de alunos envolvidos no cometimento destas infrações?
Resp.: 2%.

- a) O Cesas - ensino supletivo da 602 sul recebeu 100 estudantes em medidas socioeducativas.
- b) Nós, Cemeb, recebemos 18 estudantes provenientes do PROEM (610 sul). Metade em medida socioeducativa.

- c) O Cemeb (nós), no total, temos 1700 alunos.
- d) O Caseb (910) teve um caso este ano de aluno armado atirando no outro Batalhão escolar ou conselhos tutelares têm esses dados.

4 - Em caso do cometimento de atos infracionais, como funciona a repreensão da instituição? Se tiver conhecimento, como os pais se comportariam com os filhos, devido à atitude destes?

- a) Uso de arma ou violência grave - batalhão escolar.
- b) Instituição - acompanhamento pelo Serviço de orientação educacional e encaminhamento ao conselho tutelar e/ou adolescente (drogas/ distúrbios emocionais).

5 - Qual a faixa de idade dos alunos desta instituição?

Resp.: Ensino Médio - 15 a 19 anos.

6 - A renda financeira dos pais dos estudantes que aqui frequentam é alta ou baixa? Há variações?

Resp.: baixa e média.

- a) 10% - 1 salário mínimo
- b) 40% - até 1500,00
- c) 30% - até 2.500,00
- d) 20% - acima de 2500,00

7 - Tem conhecimento acerca do grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes?

- a) 40% - até 4º série
- b) 30% - fundamental
- c) 20% - ensino médio
- d) 10% - ensino superior

8 - Se você pudesse mudar qualquer coisa no ensino ou nas escolas públicas, para que haja um maior interesse nos estudos pelos alunos, afim de que eles não praticassem atos lesivos à população e se tornassem cidadãos viáveis, o que você mudaria?

Resp.: garantia de duas refeições com qualidade - lanche e almoço. Acesso a prática esportiva (de fato) e artística (de fato). Fizemos um pequeno investimento quanto a isso na escola e vimos como isso é catalisador para ações positivas.

Joselma Ramos Mouta, Diretora do Colegio CEMEB.

2.3 TERCEIRO COLÉGIO: ESCOLA DO PARQUE DA CIDADE - PROEM

1 - O que você poderia me dizer sobre a atual situação em que se encontra esta escola, ou as escolas públicas do DF de um modo geral, no sentido das instalações institucionais e quanto à satisfação dos professores e alunos?

Resp.: não está preparada. A estrutura é muito aberta. Não tem uma estrutura adequada para vigiar quem entra, pode entrar qualquer pessoa sem a percepção. A estrutura não é adequada. Inclusive pela clientela. 1ª escola integral do DF tanto no horário quanto na educação. Atende alunos em vulnerabilidade social e pessoal. Encaminhados pela vara da infância e pelo conselho tutelar. Estão insatisfeitos com as instalações.

2 - Você tem o conhecimento de atos infracionais praticados por crianças ou adolescentes dentro ou próximo da instituição? Se sim, quais atos são praticados com maior frequência?

Resp.: sim, furtos, desacato, agressões/lesão corporal, com maior frequência seria furto e desacato, furto maior incidência fora da instituição. E dentro o desacato.

3 - Qual a quantidade de alunos envolvidos no cometimento destas infrações?

Resp.: são 156 alunos, cerca 10% e cometem com uma certa frequência. Recorrentes, sempre mais de um estudante no cometimento das infrações.

4 - Em caso do cometimento de atos infracionais, como funciona a repreensão da instituição? Se tiver conhecimento, como os pais se comportariam com os filhos, devido à atitude destes?

Resp.: suspensão com atividade por parte da escola, e encaminhamento para a DCA, aciona o batalhão escolar. Quando encaminha para DCA sempre alguém da escola acompanha. A família é comunicada. Só entra com o responsável, após a prática. Quanto aos pais, alguns não acreditam, outros choram, outros não fazem nada. Nenhuma notícia de agressão por parte dos pais.

5 - Qual a faixa de idade dos alunos desta instituição?

Resp.: 11 a 18 anos, defasados em idade e série. Todos repetentes. Para alunos que não se enquadram no ensino regular.

A escola foi criada com a finalidade de atender alunos que não se enquadram no ensino regular. São alunos específicos. Inicialmente era para alunos

trabalhadores, mas com o passar do tempo passou a atender diversos alunos. Trabalha exclusivamente com alunos em vulnerabilidade pessoal e social.

6 - A renda financeira dos pais dos estudantes que aqui frequentam é alta ou baixa? Há variações?

Resp.: 100% renda baixa.

7 - Tem conhecimento acerca do grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes?

Resp.: maioria fundamental incompleto a ensino médio. Alguns analfabetos.

8 - Se você pudesse mudar qualquer coisa no ensino ou nas escolas públicas, para que haja um maior interesse nos estudos pelos alunos, afim de que eles não praticassem atos lesivos à população e se tornassem cidadãos viáveis, o que você mudaria?

Resp.: todas com o atendimento igual ao PROEM, que o ensino é individualizado. Aqui o número é reduzido, então o contato do docente com o discente é maior, em tempo integral, ajudando no desenvolvimento do estudante.

Aqui tem projetos de prevenção de uso de drogas. Trabalham os valores com os alunos. Apesar de ter incidência de atos infracionais, a ocorrência é menor, pois os professores estão sempre perto dos estudantes. Aqui é diferente pelo acompanhamento, ensino integral, também para o ser humano. O que falta hoje em dia é a aproximação do ser humano.

Seria importante o atendimento em rede. O apoio de várias instituições com as escolas. Se houvesse uma ligação com a secretaria de saúde, conseguiriam minimizar os problemas. O contato da secretaria de saúde encaminha os alunos que têm problemas mais sérios. Fizeram dia 29 de maio o 3º encontro chamado "estreitando laços", para arrumar trabalho para os estudantes. Vieram várias entidades para conhecer problemas. A ligação deve ocorrer entre várias escolas de certa maneira unificar o atendimento. Falta o assistente social.

Pedro Luiz da Silva Filho. Diretor do colégio PROEM.

2.4 QUARTO COLÉGIO: CENTRO EDUCACIONAL CASEB

1 - O que você poderia me dizer sobre a atual situação em que se encontra esta escola, ou as escolas públicas do DF de um modo geral, no sentido das instalações institucionais e quanto à satisfação dos professores e alunos?

Resp.: esta presente escola, que tem 54 anos, nunca sofreu nenhuma reforma. Desde 2005 a antiga e a atual direção têm brigado, mas temos pleiteado uma reforma geral. Esta foi a 1ª escola de Brasília, além de ser histórica. Em 2012, estava extremamente caótica, parte estrutural, rachaduras na sala, gambiarras, goteiras, nenhum hidrante (questão de segurança) o engenheiro chegou a interditar 2 blocos e em 3 blocos foram feitas manutenções emergenciais e pinturas, para poder ter aula em 2013. Foi prometida uma reforma e até hoje estão no aguardo. O GDF fez um projeto das escolas emblemáticas no DF, o CASEB está entre elas. Engenheiros vieram, fizeram planta, só aguardando por enquanto. Insatisfeitos com a situação, tantos alunos como professores. Problemas de estruturas no ginásio, o comprometeram, procuraram parcerias. Problemas estruturas.

2 - Você tem o conhecimento de atos infracionais praticados por crianças ou adolescentes dentro ou próximo da instituição? Se sim, quais atos são praticados com maior frequência?

Resp.: o que mais tem sido praticado são roubos de celular, tanto dentro como fora, mais fora do colégio. Todas as vítimas foram roubados por alunos da rede pública, do PROEM que é próximo e também pelo próprio CASEB. Ameaças, dentro e fora. Uso de drogas e dano ao patrimônio público. Lesões corporais, receptação e vendas de produtos provenientes de furtos e roubos.

3 - Qual a quantidade de alunos envolvidos no cometimento destas infrações?

Resp.: 800 alunos no total, cerca de 2% dos alunos são frequentes infratores. Com passagens pela DCA, a maioria dos alunos já vieram com esse histórico.

4 - Em caso do cometimento de atos infracionais, como funciona a repreensão da instituição? Se tiver conhecimento, como os pais se comportariam com os filhos, devido à atitude destes?

Resp.: aplica-se o regimento interno. Dependendo do ato pode ser advertência à suspensão por 3 dias. Se for pego em flagrante, irá pra DCA. Os pais são comunicados e chamados. Grande parte dá castigos, toma celular, corta mesada, redes sociais e uma parte não sabe o que fazer e quer que a escola

eduque. Por trás desses casos há muita desestrutura familiar, cerca de 95% possuem famílias desestruturadas.

5 - Qual a faixa de idade dos alunos desta instituição?

Resp. de 11 até 18 anos de idade.

6 - A renda financeira dos pais dos estudantes que aqui frequentam é alta ou baixa? Há variações?

Resp.: 70% renda baixa e 30% média.

7 - Tem conhecimento acerca do grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes?

Resp.: 10% analfabetos, 30% com ensino fundamental de 1 a 5 séries. 30% de ensino fundamental completo. 20% médio e 10% superior

8 - Se você pudesse mudar qualquer coisa no ensino ou nas escolas públicas, para que haja um maior interesse nos estudos pelos alunos, afim de que eles não praticassem atos lesivos à população e se tornassem cidadãos viáveis, o que você mudaria?

Resp.: investiria em escola integral. Pois os alunos ficariam mais tempo no colégio, com alimentação, oficinas e projetos, que iriam de acordo com o interesse e individualidade fazendo com que a escola ficasse mais atrativa. Trabalhando as habilidades de acordo com o interesse individual. Maior e melhor estrutura no apoio disciplinar, psicólogos, sistema completo, com terapeutas e pedagogos.

Angelita Amarante Garcia, diretora do colégio CEF CASEB.

2.5 QUINTO COLÉGIO: CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS ASA SUL – CESAS

1 - O que você poderia me dizer sobre a atual situação em que se encontra esta escola, ou as escolas públicas do DF de um modo geral, no sentido das instalações institucionais e quanto à satisfação dos professores e alunos?

Resp.: a maioria das escolas do DF são antigas e tombadas. Sem grandes reformas, todas precisam de reparos. Prejudica a educação. Precisa de modernização, na medida do possível, está sendo modernizada, implantação de internet, compra de equipamentos de informática, audiovisual que supram essas necessidades. O auditório não supre a escola. Acústica ruim e vários problemas. Insatisfeitos, alunos e professores. Rede elétrica e hidráulica defasada. Canos

antigos, com água ruim. Rachaduras. O abandono das escolas a partir da década de 80, o governo passou a se interessar por outras coisas.

2 - Você tem o conhecimento de atos infracionais praticados por crianças ou adolescentes dentro ou próximo da instituição? Se sim, quais atos são praticados com maior frequência? (dados estatísticos).

Resp.: pichação, roubo, uso e comércio de drogas ilícitas, assaltos, estupro, lesão corporal, porte de arma de fogo e armas brancas (facas). Na maior parte uso de drogas e furto.

3 - Qual a quantidade de alunos envolvidos no cometimento destas infrações?

Resp.: presencial 2958 alunos. 20% desse total praticam atos infracionais. Recorrente.

4 - Em caso do cometimento de atos infracionais, como funciona a repreensão da instituição? Se tiver conhecimento, como os pais se comportariam com os filhos, devido à atitude destes?

Resp.: segue o regimento dentro da escola, desde advertência oral à transferência do aluno. Os casos mais graves percebe-se que os pais não têm controle dos filhos. Muitas vezes os filhos ameaçam os pais dentro da escola. Tem problemas rotineiramente, diários.

5 - Qual a faixa de idade dos alunos desta instituição?

Resp.: 15 a 70 anos.

6 - A renda financeira dos pais dos estudantes que aqui frequentam é alta ou baixa? Há variações?

Resp.: a maioria ganha em torno de 2 a 5 salários mínimos. Classe baixa, mas há variações.

7 - Tem conhecimento acerca do grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes?

Resp.: normalmente grau de escola baixo. Os mais velhos não tem como saber.

8 - Se você pudesse mudar qualquer coisa no ensino ou nas escolas públicas, para que haja um maior interesse nos estudos pelos alunos, afim de que eles não praticassem atos lesivos à população e se tornassem cidadãos viáveis, o que você mudaria?

Resp.: as pessoas devem ter interesse pelo local que eles estudam, mas nem sempre isso significa que eles estão estudando, as pessoas devem ter o prazer de vir à escola. Aqui Ele tem espaço para jogar e interagir com outras pessoas, isso pode ser positivo e negativo. Investiria em colégio integral.

Mudar a questão do interesse pedagógico. O interesse existe, mas temos que encaixar esse interesse na área pedagógica. Não tentamos mudar, mas na prática já estamos mudando. O resultado é lento, mas é positivo. Próximo semestre vem mais e temos de melhorar o interesse deles semestralmente.

Através da conscientização, o público que estuda no colégio deve conservá-lo para si próprio. Nessa estrutura como um todo. Aqui tem horta de cheiro, jogo de futebol, rodas de terapia com os alunos eles têm, falta participação da universidade, além de oferecer vagas, poderiam apresentar o que eles têm de melhor, elas vêm apenas para oferecer vagas.

Réus Anthunes de Oliveira, Diretor do colégio CESAS.

2.6 ENFOQUE SUBJETIVO

Agora com um enfoque mais subjetivo, pude verificar nos colégios públicos que visitei, um grande déficit de estrutura e apoio aos estudantes e professores.

Verifica-se que todos os direitos fundamentais estudados no capítulo anterior são cumpridos nesses colégios. A questão da criminalidade nas escolas, percebi que está ligada à ociosidade dos alunos somente. Caso algum ato infracional seja cometido, as instituições se comportam de acordo com a lei, estabelecendo punições relativas ao grau do ato infracional praticado.

O comportamento dos alunos é algo que as instituições de ensino sozinhas não podem mudar. Grande parte dos alunos que frequentam as escolas públicas visitadas são de classe média a baixa.

O Colégio Gisno, foi um dos melhores visitados por mim. Não há o conhecimento de atos infracionais praticados dentro do colégio, mas sim fora. São muito poucas as infrações praticadas, neste colégio, o grau de instrução dos pais dos alunos é mais elevado que nas demais instituições. Lá a maioria é de classe média e não existem relatos de atos infracionais graves dentro da instituição. O número de alunos que se tem conhecimento que praticam atos infracionais é baixo,

de 3650 alunos, cerca de apenas 2% cometem infrações. Pude ver que é uma das poucas escolas públicas em que a criminalidade apresenta um índice tão baixo de atos infracionais. É a escola em que os alunos e seus responsáveis possuem a maior renda dentre as outras visitadas.

O Colégio CEMEB, assim como os demais, sofre com a falta de estrutura, grandes escolas tradicionais do DF, como o CEMEB e CASEB têm mais de 30 anos e nunca passaram por uma reforma, apenas em casos emergenciais para não interromper as atividades. Um fato em comum com os demais colégios, exceto o Gisno, são os atos infracionais de furto e briga de gangues, dentro e fora da instituição, bem como o uso e o tráfico de entorpecentes, infrações recorrentes.

O Colégio CASEB é um dos que mais precisa de ajuda do governo, no sentido das instalações e reformas, pesa o fato de ter 54 anos e nunca ter passado por uma reforma satisfatória. São recebidos adolescentes que têm "ficha suja", brigas de gangues ocorrem com frequência dentro e fora do colégio, bem como furtos de celulares e agressões. Este ano foi noticiado que um aluno conseguiu entrar com arma de fogo dentro da instituição de ensino e efetuou disparos de arma e fogo contra outro estudante, um caso muito sério, ainda mais levando em conta que ocorreu dentro de um colégio público.

Percebi que grande parte dos problemas são comuns nessas instituições, tais como: 1 - infraestrutura, pois o número de alunos é sempre maior do que a escola poderia suportar com tranquilidade; 2 - todos os diretores foram uníssomos no sentido dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, os atos em sua grande maioria são furtos de celulares e tráfico de drogas, podendo ocorrer até assaltos próximos às instituições.

As escolas cumprem seu papel no tocante aos direitos fundamentais anteriormente vistos, porém, a imagem que se depreende do atual cenário é de que os alunos não estão tão interessados o quanto deveriam estar, digo os infratores, os quais em sua imensa maioria são reincidentes nas infrações. Se a escola tivesse um ensino integral, com certeza o cenário presente seria diferente, pois os estudantes dedicariam seu tempo livre a alguma atividade.

A única escola de tempo integral que visitei foi o PROEM, de todas que estive presente, percebi que esta em especial, não apenas por ser uma escola integral, com número reduzido de alunos, o tratamento que os professores e funcionários têm

com os estudantes me pareceu um tanto peculiar comparando com as outras escolas. O PROEM recebe os alunos que são "renegados" pelas outras instituições de ensino, aqueles adolescentes que têm a "ficha suja", que nenhum outro colégio gostaria de aceitar, aqueles que foram encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, bem como Conselhos Tutelares, a imensa parcela dos estudantes dessa instituição estão em vulnerabilidade social ou pessoal. Realmente o atendimento lá é individual e muito eficaz pelo que pude perceber, mas faltam parcerias, falta uma "rede" de ensino que pudesse dar continuidade ao aprendizado desses alunos em especial, deveria haver uma ligação com a secretaria de educação, pois o colégio faz muito bem a sua parte, agora quando eles saírem do colégio, é uma outra história.

Na ocasião da minha visita estava ocorrendo uma festa junina, que reuniu diversos membros do corpo docente e vários alunos também estavam participando harmoniosamente na confraternização. Pude perceber uma relação bem próxima dos alunos e professores, o que pressupõe um ensino saudável e comprometimento, algo que a escola integral oferece.

2.7 ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E OS SEUS BENEFÍCIOS

Levando em Consideração as respostas dos diretores questionados, todos foram uníssomos no sentido de que se pudesse mudar algo no ensino, para diminuir os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, investiriam na educação do colégio integral, ou adotariam medidas que apenas a escola integral oferece. O diretor do Colégio PROEM, o único de período integral visitado, orientou que todos os outros colégios poderiam seguir o seu rumo. Sabendo destas respostas, vejamos um estudo sobre os benefícios do colégio integral.

As disposições contidas neste subitem foram obtidas através da análise do sítio Educar para Crescer, de autoria de Daniele Zebini, que traz disposições acerca da escola em tempo integral e os seus benefícios.

Vários países atualmente são modelos, no quesito da educação, como Finlândia, Irlanda, Chile e Coreia do Sul, nos quais os estudantes passam o dia inteiro na escola, em média de 9 horas por dia. No Brasil, a maioria das escolas proporcionam 5 horas diárias de atividades aos alunos. Isso além de interferir no

desenvolvimento do país, interfere imensamente na qualidade da educação. (ZEBINI, 2014).

Porém a realidade está começando a mudar. Muitas escolas brasileiras estão ofertando o período integral. Uma ótima ideia, pois nos tempos atuais, os pais precisam trabalhar grande parte do dia e não conseguem dar o suporte que os filhos necessitam, afim de serem bem sucedidos nos estudos, a escola em tempo integral é também um alívio para os pais. A coordenadora do turno integral do colégio La Salle Dorcas, de Porto Alegre afirma “contamos com apoio pedagógico, orientação educacional, toda a estrutura da escola. Uma criança que fica em casa não tem isso.” (ZEBINI, 2014).

As escolas que funcionam em período integral, oferecem a orientação também em tempo integral, além de toda a estrutura física, como piscinas, quadras, salas de teatro e música. Os resultados são extremamente satisfatórios. Segundo Myriam Tricate, diretora-geral do colégio Magno/Mágico de Oz de São Paulo “os alunos do integral são privilegiados. Ninguém faz a lição para eles, mas há uma orientação para as tarefas e estudos. E o rendimento melhora.” (ZEBINI, 2014).

Conforme a coordenadora do período integral do colégio Marista Santa Maria, de Curitiba “nós não podemos mais fechar os olhos para as famílias em que pai e mãe trabalham o dia todo. Para eles, existe uma melhora na convivência familiar.” Além de melhorar o rendimento escolar, os pais e os filhos ganham bastante em qualidade de vida ao optarem pelo período integral. (ZEBINI, 2014).

O que seria educação integral? Integral, por definição, significa inteiro, global. É exatamente isso que se pretende com a educação integral: o desenvolvimento completo e total dos alunos.

Podemos citar 10 vantagens da escola em tempo integral:

1 - Melhora o rendimento do aluno: durante o período integral, o aluno terá um horário destinado a realizar as tarefas do dia e também estudará para as provas, sempre com orientação profissional especializada. “São alunos bastante responsáveis, autônomos. Eles criam o hábito de fazer a lição do dia. E realmente têm um rendimento melhor.” Diz Myriam Tricate, diretora-geral do Colégio Magno/Mágico de Oz, de São Paulo. Segundo Joseane Conke, Coordenadora do Período Integral do Colegio Marista Santa Maria, de Curitiba “o retorno que nós

temos dos professores é de que há um diferencial das crianças do integral em relação à cultura e ao rendimento escolar.” (ZEBINI, 2014).

2 - Libera os pais para o trabalho: pais e mães grande parte das vezes precisam trabalhar fora. Alguns não conseguem acompanhar a vida escolar dos filhos ou proporcionar atividades a eles que acarretem no seu desenvolvimento. O período integral supre as necessidades e deixa os pais mais a vontade para trabalhar durante o dia. Karin D. Flores, Coordenadora do Turno Integral do Colégio La Salle Dores, de Porto Alegre diz “a escola cria um pacto com a família: as crianças não precisam sair da escola para fazer as atividades e contam sempre com orientação especializada.” (ZEBINI, 2014).

3 - Supre a necessidade de praticar esportes: nem todos os pais têm tempo de acompanhar os filhos em atividade desportivas, sem contar no gasto financeiro extra que essas atividades proporcionam, é mais uma vantagem do período integral. Segundo Joseane Conke, coordenadora do período integral do Colégio Marista Santa Maria de Curitiba “é bom para a criança e para a família, que não tem aquela preocupação de não ter tempo de levar o filho para praticar um esporte, porque a escola supre essa necessidade.” (ZEBINI, 2014).

4 - Proporciona melhor comportamento do tempo ocioso: uma criança que fica o dia em casa sozinha, dificilmente disponibilizará o tempo livre que possui para estudar, “muitas vezes as crianças passam a tarde com babás eletrônicas: tevês, videogame, etc. E enquanto estão na escola, elas têm vivências muito mais ricas.” No caso dos adolescentes, sabemos que grande parte deles se envolve com más amizades, que acabam influenciando na vida individual e familiar, há a preocupação do uso de entorpecentes, que dizimam grandes famílias brasileiras e também o cometimento de atos infracionais. Se o adolescente passar mais tempo na escola, ele não terá motivos para praticar alguma conduta adversa à sociedade, mas sim se entreter em algo sadio para si próprio. (ZEBINI, 2014).

5 - Afasta o risco social: “é muito mais difícil uma criança que estuda em período integral envolver com drogas ou ter problemas sociais”, afirma Myriam Tricate, diretora-geral do Colégio Magno/Mágico de Oz, de São Paulo. “As crianças não ficam com tempo ocioso, não dá tempo de pensar em aprontar”, acrescenta. (ZEBINI, 2014).

6 - Possibilita a orientação nas tarefas e estudos: é de suma importância que a criança ou adolescente saiba organizar o tempo para aprender as matérias e desenvolver o hábito de estudo. Dentro de casa estas tarefas são mais difíceis, ainda mais sem a fiscalização dos pais. Para Myriam Tricate, diretora-geral do Colégio Magno/Mágico de OZ, de São Paulo "na escola, os alunos são assistidos por professores, que são polivalentes, mas também existem professores especialistas, que auxiliam em necessidades mais específicas". E para Josiane Conke, coordenadora do período integral do Colégio Marista Santa Maria, de Curitiba "são profissionais especializados, que vão dar a essas crianças um acompanhamento pedagógico de qualidade." (ZEBINI, 2014).

7 - Oferece orientação nutricional: pelo fato dos pais trabalharem ou quase sempre estarem ocupados, geralmente eles não têm tempo para cuidar da alimentação dos filhos. Por causa disso, crianças e adolescentes podem consumir alimentos que não são propícios para o seu desenvolvimento. De acordo com Karin D. Flores, coordenadora do turno integral do Colégio La Salle Dores, de Porto Alegre aqui há um nutricionista que elabora o cardápio das crianças. Elas têm lanche de manhã, almoço e lanche da tarde na escola. (ZEBINI, 2014).

Já no Colégio Marista Santa Maria, de Curitiba, além do acompanhamento nutricional, é permitido que as famílias almocem no refeitório com as crianças, fato que aproxima os pais da vida escolar dos filhos.

No colégio Magno/Magico de Oz, de São Paulo, o período integral inclui as refeições, mas há preocupação com os alimentos que os alunos consomem nas lanchonetes. Acabaram com o refrigerante, apenas é permitido uma vez por semana, mas há água de coco natural e também suco. Também ocorre orientação na parte nutricional para os estudantes. (ZEBINI, 2014).

8 - Melhora a convivência em família: Myriam Tricate, diretora do colégio Magno/Mágico de Oz, de São Paulo diz que "O aluno que estuda em período integral chega em casa com as tarefas prontas, o que melhora a convivência em família". Não há cobrança dos deveres escolares por parte dos pais para com os filhos, já que estes estudam em tempo integral e têm tempo para fazerem suas atividade acadêmicas diárias. (ZEBINI, 2014).

Segundo Karin D. Flores, coordenadora do turno integral do colégio La Salle Dores, de Porto Alegre "as crianças do integral aproveitam o fim de semana para

descansar, não precisam estudar, fazer lição. Usam o tempo livre para curtir a família". Aos finais de semana os estudantes podem curtir a família e descansar. (ZEBINI, 2014).

9 - Supre carências de lazer, cultura e acesso à tecnologia: as escolas integrais oferecem diversas várias atividades de lazer, não apenas esportes. "Temos aula de informática, oficina de artes plásticas, oficina de expressão corporal, oficina de música e culinária, entre outras atividades" de acordo com Karin D. Flores, coordenadora do turno integral do colégio La Salle Dores, de Porto Alegre. (ZEBINI, 2014).

"Aqui na escola tem absolutamente tudo que eles precisam, gostam e querem fazer, com a vantagem de que todas as atividades são pensadas pedagogicamente" conta Myriam Tricate, diretora-geral do colégio Magno/Mágico de Oz. (ZEBINI, 2014).

10 - Desenvolve hábitos de higiene: "As crianças saem da natação e vão automaticamente para o banho, sem crise", conta Myriam Tricate, diretora-geral do colégio Magno/Mágico de Oz, de São Paulo. "Na educação infantil, temos uma clínica, cadeira de dentista, e costumamos chamar profissionais para conversar com os alunos sobre higiene bucal, o que torna o hábito mais natural", complementa. (ZEBINI, 2014).

Acima estão apenas alguns de outros vários benefícios que as escolas em tempo integral trazem para as crianças ou adolescentes e também para suas famílias. Obviamente, se o Brasil investisse este modo de ensino nas escolas públicas, com certeza haveria uma redução significativa no índice de atos infracionais praticados por crianças e adolescentes em todo o território nacional. Havendo tarefas para cumprirem, esportes para praticarem, pessoas de sua faixa etária para interagirem, a ociosidade diminuiria drasticamente e consequentemente nossos jovens não teriam "cabeça" para cometer tais atos.

Sabemos que a cota de injeção de recursos na educação em nosso país é escassa, mas futuramente pode ser uma realidade, ainda mais nos colégios públicos das grandes cidades.

3 ANÁLISE GRÁFICA SOBRE OS COLÉGIOS VISITADOS

Neste capítulo serão analisadas as respostas dadas pelos diretores de cada colégio estudado no capítulo anterior na forma de gráficos, englobando o índice de satisfação da infraestrutura.

3.1 QUANTO À QUESTÃO 1

O que você poderia me dizer sobre a atual situação em que se encontra esta escola, ou as escolas públicas do DF de um modo geral, no sentido das instalações institucionais e quanto à satisfação dos professores e alunos?

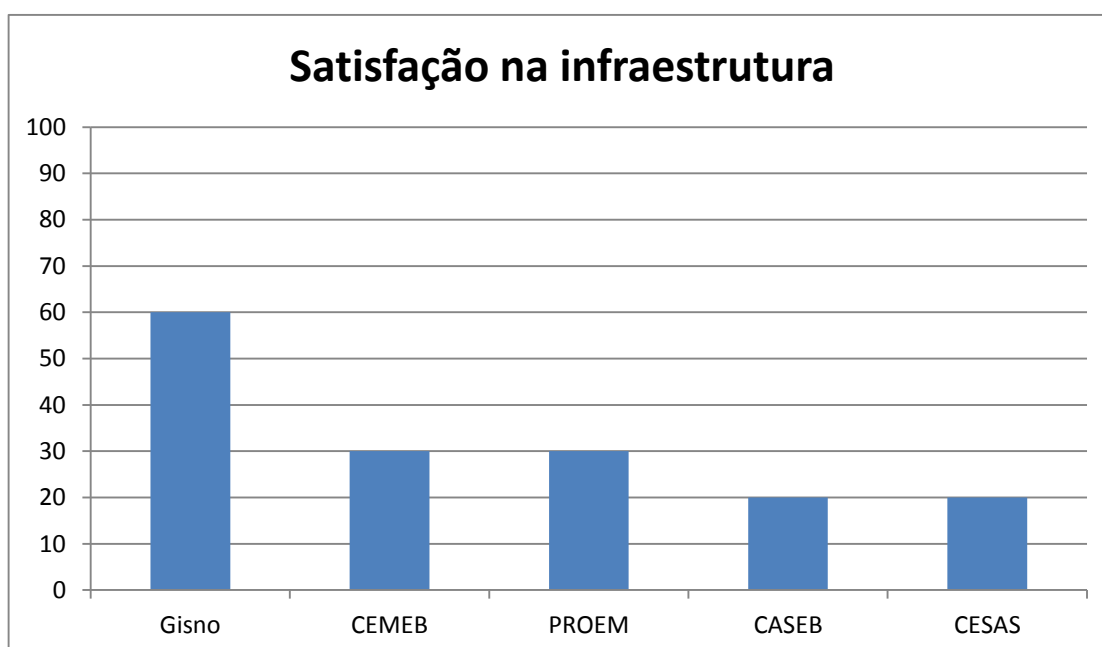


Gráfico 1 – Satisfação na infraestrutura

Fonte: O autor, 2014.

Com relação à infraestrutura, grande parte dos colégios sofre com instalações antigas e inadequadas. O Diretor do colégio Gisno mostrou-se satisfeito com as instalações, diferentemente dos outros diretores. Os demais colégios enfrentam os mesmos problemas: instalações antigas e inadequadas. O espaço também é um fator importante, pois o número de alunos tende a crescer e a instituição não tem como matricular todos, em virtude do limite estabelecido pelas construções, sendo que muitas delas são tombadas, ou seja, mudanças não podem ser feitas.

Isto compromete o ensino dos alunos, bem como a vida dos professores. Banheiros mal formulados, tetos com rachaduras, instalações de água e eletricidade antigas, comprometendo até mesmo a segurança. Um caso que presenciei e em particular que me chamou bastante a atenção foi no colégio CASEB. A situação da construção está muito precária e apenas são feitas manutenções emergenciais, quando a situação já elevou o risco de acidente. Houve um projeto de reparação, mas o GDF fez apenas uma planta e não externalizou as reparações que eram necessárias. Este fato ocorre em todos os colégios visitados, exceto no Gisno. Chama a atenção o poder público consertar estas escolas apenas quando o problema passa a ser grave, manutenções preventivas não são realizadas.

Acredito que as instalações influenciem na ociosidade dos alunos. Por exemplo: quando um dia está muito quente e a sala de aula não possui ar-condicionado, raros estudantes ficarão dentro da sala para estudar a matéria que está sendo lecionada, contribuindo para os estudantes terem um "tempo livre", e este "tempo livre" é um grande problema. Os estudantes marcam encontros para "matar" aula. Se a instituição tivesse uma infraestrutura mais adequada este comportamento com certeza diminuiria. Bem como bebedouros com água potável de qualidade (os encanamentos são muito antigos).

3.2 QUANTO À QUESTÃO 2

Você tem o conhecimento de atos infracionais praticados por crianças ou adolescentes dentro ou próximo da instituição? Se sim, quais atos são praticados com maior frequência?

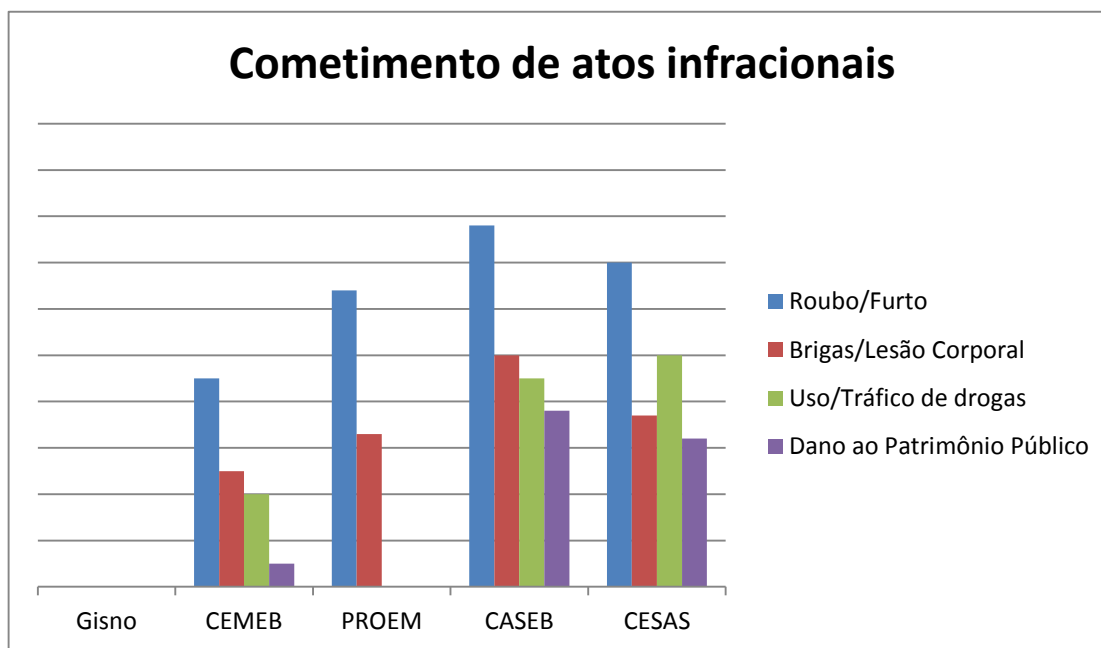


Gráfico 2 – Cometimento de atos infracionais

Fonte: O autor, 2014.

O gráfico apresenta uma visão homogênea acerca dos atos infracionais praticados pelas crianças e adolescentes nos colégios visitados, porém deve ser levada em consideração a diferença do número de estudantes dos respectivos colégios.

O diretor do colégio Gisno desconhece qualquer ato infracional praticado dentro e fora das instalações, porém comentou que os alunos vêm drogados de lado de fora da escola, o ponto de referência é o ALUB.

Os demais colégios compartilham de atos infracionais comuns a todos eles. O ato infracional mais cometido, em todos os colégios, é o furto de celular. Essa prática é recorrente, seguido por lesões corporais oriundas de desinteligências entre os estudantes.

O tráfico de drogas ocorre com maior frequência nas proximidades da escola, dentro da instituição ele é muito velado. Na imensa maioria da incidência do uso de drogas, o adolescente sai da escola e faz o uso do lado de fora, após o uso ele retorna ao colégio, pois sabe que será repreendido se for pego usando entorpecentes dentro da escola.

"Dano ao patrimônio público" podemos entender como vandalismo e pichações. Presentes em todas as escolas. Alguns estudantes insatisfeitos com as condições da escola, sob a influência entorpecentes ou até mesmo por puro prazer

podem quebrar a parede da sala de aula. Aqueles que são membros de gangue picham suas iniciais em áreas frequentadas pelos alunos, para serem notados, configurando assim dano ao patrimônio público.

Ocorreu um fato relevante quando visitei o colégio CESAS para fazer os questionamentos ao diretor. Ao final da minha entrevista, um aluno entrou na diretoria dizendo que tinha sido roubado, de fato foi. O ladrão era um ex-aluno deste colégio, que foi proibido de retornar justamente por cometer furtos dentro daquela escola. A vítima reconheceu o ladrão através de imagens cedidas pelas câmeras na época que o ex-aluno estudava na instituição.

Suponho que o que fomenta essa atitude dos alunos é o fato da maioria ser de classe baixa. Os pais não têm condições de dar celulares tops de linha para os filhos, ou eles apenas querem ganhar um dinheiro extra, já que celulares são moedas de troca de fácil aceitação no mercado, os infratores se valem da inimizabilidade para cometerem esses delitos.

Nos tempos atuais, delitos como furtos e agressões se fazem presentes nas escolas. Sabemos que o adolescente está em época de desenvolvimento físico e mental, porém essas atitudes devem ser repreendidas sempre, afim de garantir a harmonia dentro das escolas.

Houveram outros delitos praticados por adolescentes que tomei conhecimento conversando com os diretores dos respectivos colégios, não constam no gráfico pelo fato de serem pouco repetitivos ou casos isolados. No primeiro semestre deste ano houve um adolescente que conseguiu entrar com uma arma de fogo dentro do colégio CASEB e efetuou um disparo contra outro estudante, o motivo era uma desinteligência entre ambos. Houve também um caso de estupro no colégio CESAS, porém um caso isolado e o aluno foi repreendido.

Sabemos que apesar de um adolescente, que é ainda é um cidadão em formação, estar matriculado e frequentando as aulas, as amizades o influenciam enormemente. Pelo que pude perceber, os infratores se juntam com outros infratores para cometerem infrações juntos, o mesmo que disse o diretor do colégio PROEM, que nunca ocorre de apenas um estudante dessa instituição estar envolvido no cometimento de atos infracionais, mas sim sempre mais de um. Grande parte desses adolescentes infratores é de classe baixa e possui uma família desestruturada, não podendo se espelhar em alguém para se tornar um cidadão de

bem. Portanto alguns se valem da menoridade para cometer atos infracionais, tendo consciência que estão imunes aos efeitos do Direito Penal.

3.3 QUANTO À QUESTÃO 3

Qual a quantidade de alunos envolvidos no cometimento destas infrações?

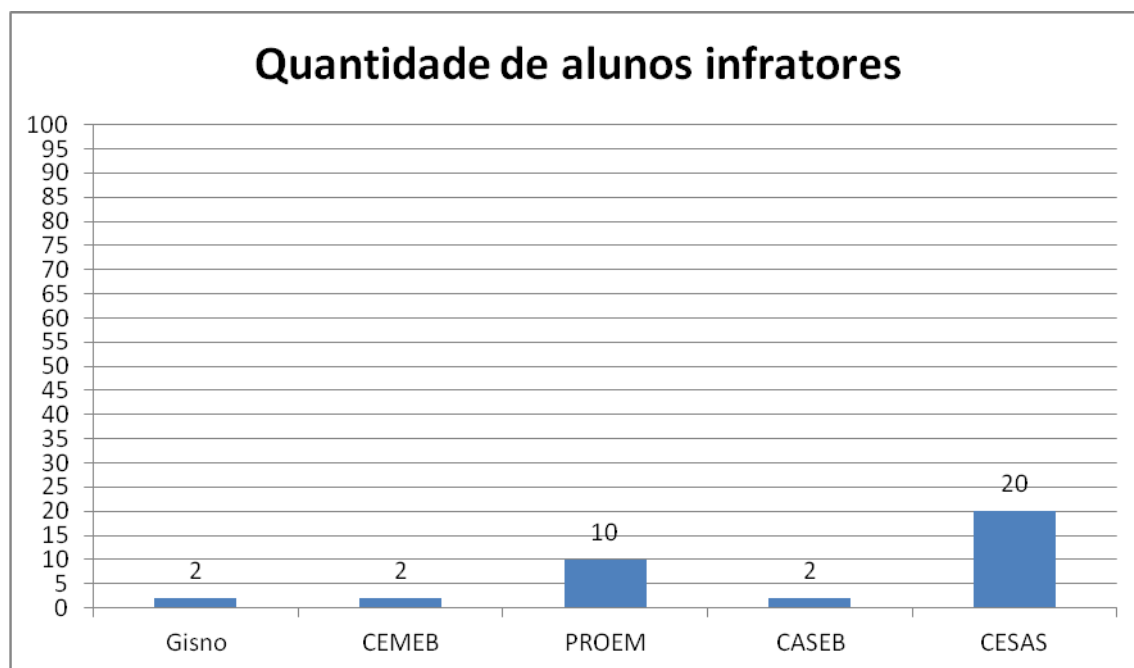


Gráfico 3 – Quantidade de alunos infratores

Fonte: O autor, 2014.

Dos 5 colégios visitados, 4 se destacam pelo fato de receberem estudantes "ficha suja", os quais estão em medidas socioeducativas, são eles: CEMEB, CASEB, PROEM e CESAS. Não é de se espantar que existam adolescentes infratores em tais colégios. Mas há a tentativa de reverter a situação e torná-los cidadãos viáveis, isto depende mais deles do que da escola em si. Espero que à medida que adquirirem maturidade suficiente, tomem outro caminho menos atormentado e mais honesto. A imensa maioria dos infratores são reincidentes corriqueiros nos atos infracionais.

O papel de ensinar e educar é exercido por todas as escolas visitadas, porém observei que a falta de uma família bem estruturada faz falta para a maioria dos adolescentes infratores, poderia descrever a palavra criação. A escola não pode criar ninguém, isso quem faz é a família, como grande parte dos infratores tem a família desestruturada, alguns nem família têm, buscam refúgio nas más

companhias. A índole de muitos poderia ser boa, porém quando se juntam, gerando um efeito massificado, acaba ocorrendo o cometimento de atos infracionais. Adolescentes que têm baixa renda, quando estão indo ou voltando do colégio e veem alguém com um celular de valor aquisitivo alto, gostariam de tê-lo para si. Este é o ato infracional mais praticado em todas as escolas pesquisadas. Podendo o infrator revendê-lo e arrecadar dinheiro para si, ou então usar como moeda de troca para usar ou traficar substâncias ilícitas, que é o segundo maior ato infracional visto nos colégios, ganhando até das lesões corporais, que ocorrem na maioria das vezes relacionada às drogas ou brigas de gangue.

O colégio Gisno possui 3650 alunos, cerca de 2% são infratores, isto nos dá um total de 73 adolescentes. No CEMEB são 1700 alunos, se 2% cometem atos infracionais, são 34. Já no PROEM existem 156 alunos, cerca de 10% praticam delitos, todos eles reincidentes, daí temos um total de 15,6 alunos infratores. No colégio CASEB, de um total de 800 alunos, também 2% são infratores, nos dando um total de 16 adolescentes. Finalizando, no CESAS, de um total de 2958 alunos presenciais, 20% cometem infrações, culminando em 591,6 adolescentes delituosos. Fazendo as contas, somando a quantidades de menores que cometem atos infracionais apenas nestes 5 colégios do Plano Piloto, temos um total de 730 estudantes. Fora todos aqueles outros colégios públicos que existem dentro e fora da região de pesquisa.

3.4 QUANTO À QUESTÃO 4

Em caso do cometimento de atos infracionais, como funciona a repreensão da instituição? Se tiver conhecimento, como os pais se comportariam com os filhos, devido à atitude destes?

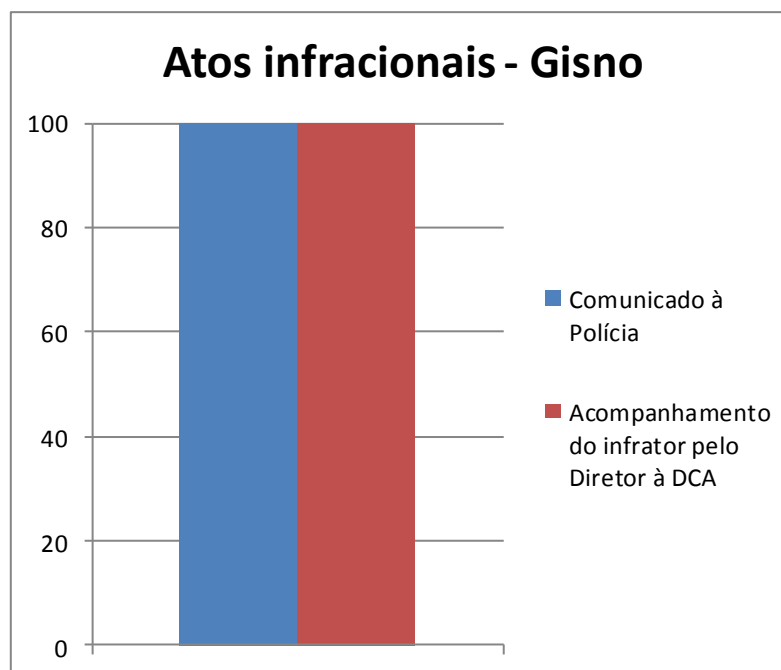


Gráfico 4 – Atos infracionais - Gisno

Fonte: O autor, 2014.

No colégio Gisno, todos os atos infracionais serão comunicados à polícia. Em todos os casos, o Diretor irá acompanhar o adolescente infrator até a Delegacia da Criança e do Adolescente, lá permanecendo até a chegada dos pais ou responsáveis, pelo fato da menoridade do infrator.

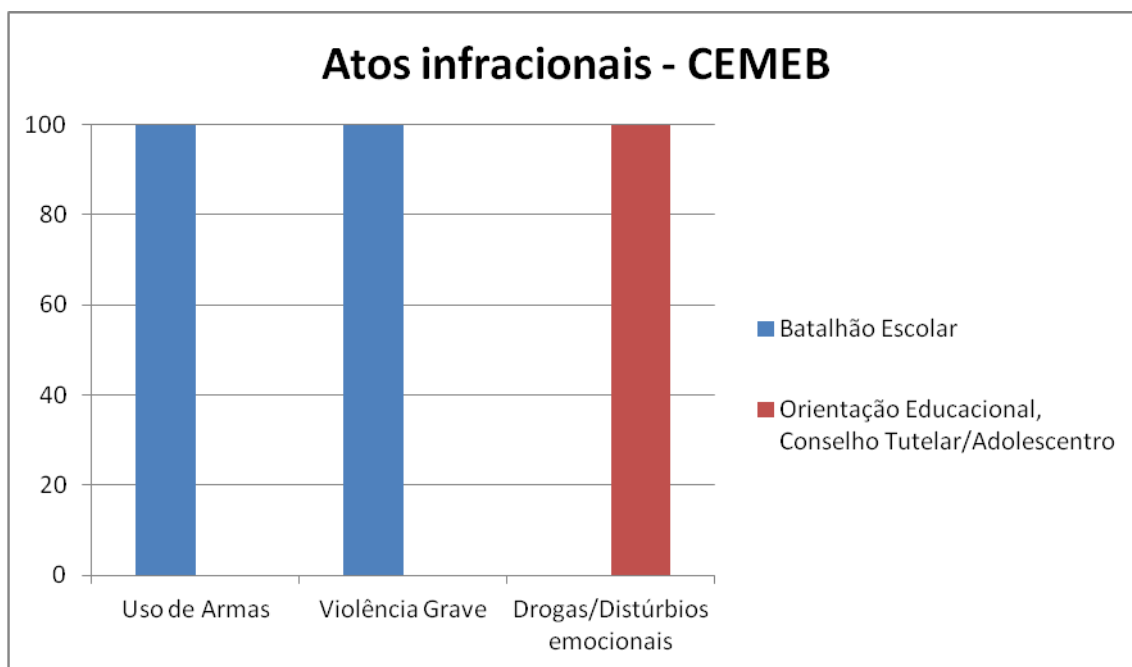


Gráfico 5 – Atos infracionais - CEMEB

Fonte: O autor, 2014.

No colégio CEMEB, os adolescentes que cometem atos infracionais mais ofensivos, como o uso de armas e violência grave, serão todos encaminhados ao Batalhão Escolar, em virtude da gravidade do ato praticado. Já os que fazem uso de substâncias entorpecentes, na sua totalidade, passam por uma orientação educacional, afim de demonstrar os malefícios que as drogas causam e conscientizar o adolescente. Dependendo da gravidade e da situação de dependência química dos estudantes, eles serão encaminhados ao Conselho Tutelar ou ao Adolescente. Neste último caso o infrator já apresenta um certo grau de dependência química pela droga.

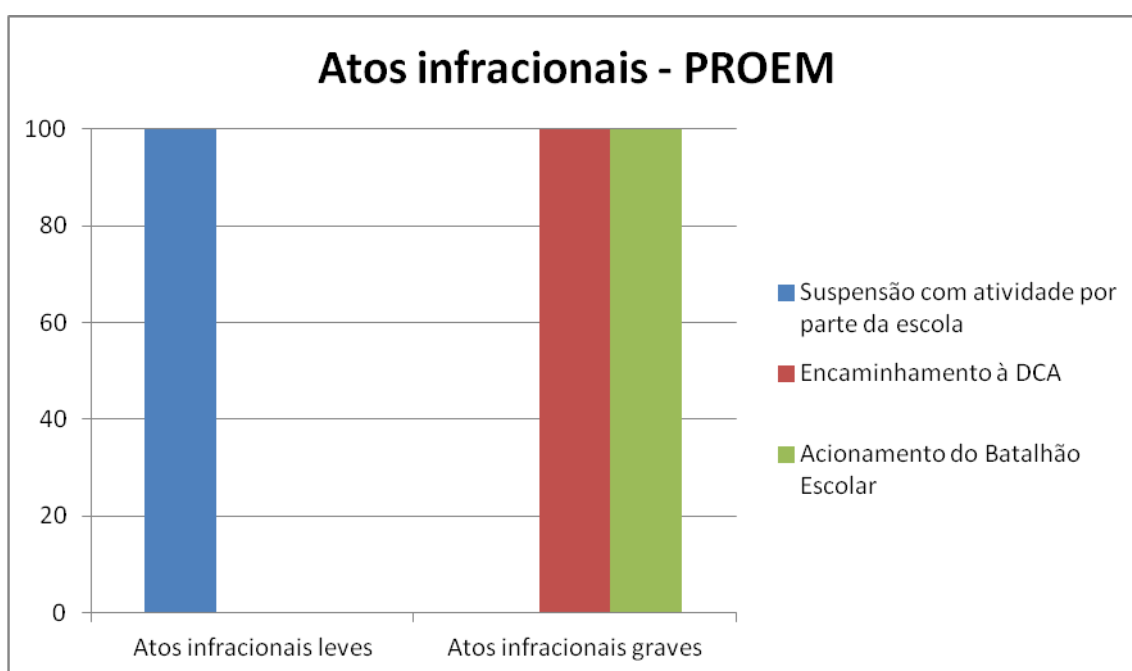


Gráfico 6 – Atos infracionais - PROEM

Fonte: O autor, 2014.

Leia-se atos infracionais leves como sendo discussões verbais entre alunos e professores ou alunos entre si, também a prática bullying. São atos de pequena gravidade, mas que não deixam de ser recorrentes no cotidiano da escola. O PROEM tem uma boa relação entre alunos e professores, apesar de receber apenas alunos que estão em uma situação delicada, tanto social quanto escolar, pois é uma escola integral com o número reduzido de alunos, possibilitando um contato maior entre o corpo discente e docente.

Atos infracionais graves seriam o tráfico de drogas, lesões corporais, furtos e roubos. Sempre cometidos do lado de fora da escola, mas quando esta toma conhecimento do ocorrido, repreende o infrator. No interior do colégio os

adolescentes infratores se comportam bem de um modo geral. Pude verificar grande proximidade entre os professores e os alunos desta instituição.

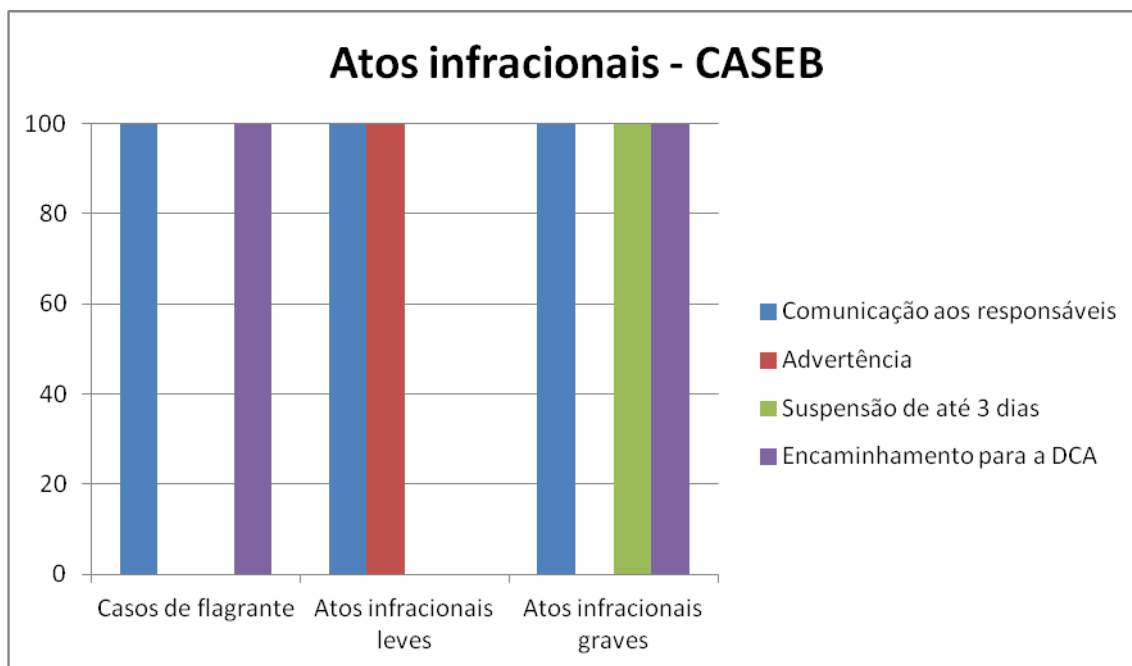


Gráfico 7 – Atos infracionais - CASEB

Fonte: O autor, 2014.

Quanto ao colégio CASEB, nos atos infracionais que forem flagrantes, o infrator será encaminhado diretamente à Delegacia da Criança e do Adolescente. No caso de infrações consideradas leves como discussões, ofensas à honra, dano ao patrimônio público e pichações, o aluno será advertido pela instituição e seus responsáveis serão comunicados, porém se a atitude for reiterada, o adolescente poderá sofrer suspensão por até 3 dias. Infrações mais graves como lesões corporais, envolvimento em brigas de gangue e o uso ou tráfico de drogas, o adolescente sofrerá suspensão de até 3 dias e será encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente.

Chama a atenção o fato de 95% dos estudantes do CASEB terem a família desestruturada, fator que como mencionado anteriormente, afeta a vida particular de cada jovem, pela ausência do apoio familiar. A família é o alicerce do ser humano e possui grande importância para a formação do cidadão, no sentido de educar, ensinar os bons costumes, o amor, valores como a solidariedade, a honestidade e a compaixão. A maioria destes jovens não tem uma consciência formada acerca desses valores. Mais uma vez está provado que a família influencia no rumo que o adolescente traça para a sua vida.

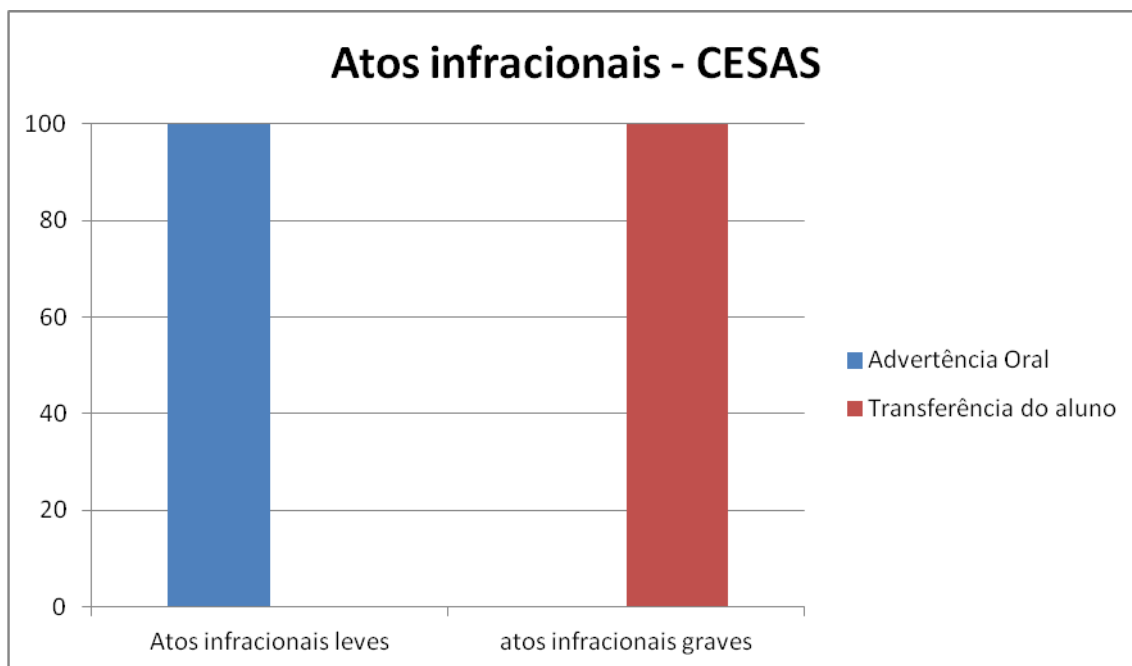


Gráfico 8 – Atos infracionais - CESAS

Fonte: O autor, 2014.

Dentre todos os colégios visitados, o CESAS é o que apresenta maior índice no cometimento de atos infracionais por parte dos adolescentes. Os atos infracionais leves são aqueles de menor potencial ofensivo que ocorrem neste colégio, como danos ao patrimônio público e pichações. A repreensão desses atos realizada pela instituição é a advertência oral. Os atos infracionais considerados graves são casos de lesões corporais, furtos e roubos. Chama a atenção o fato de já terem sido registrados casos de estupro e porte de arma de fogo dentro desta escola. Nos casos de atos infracionais graves como esses, o aluno é transferido da instituição de ensino.

Além de ser o colégio com maior índice de criminalidade visitado por mim, presenciei o fato de um estudante compartilhar a informação com o diretor, de que havia sido assaltado próximo ao metrô da 202 Sul, quando estava indo para o colégio. O assaltante era um ex-aluno conhecido da escola e estava portando uma faca. Há a suspeita de serem membros de gangues rivais.

3.5 QUANTO À QUESTÃO 5

Qual a faixa de idade dos alunos desta instituição?

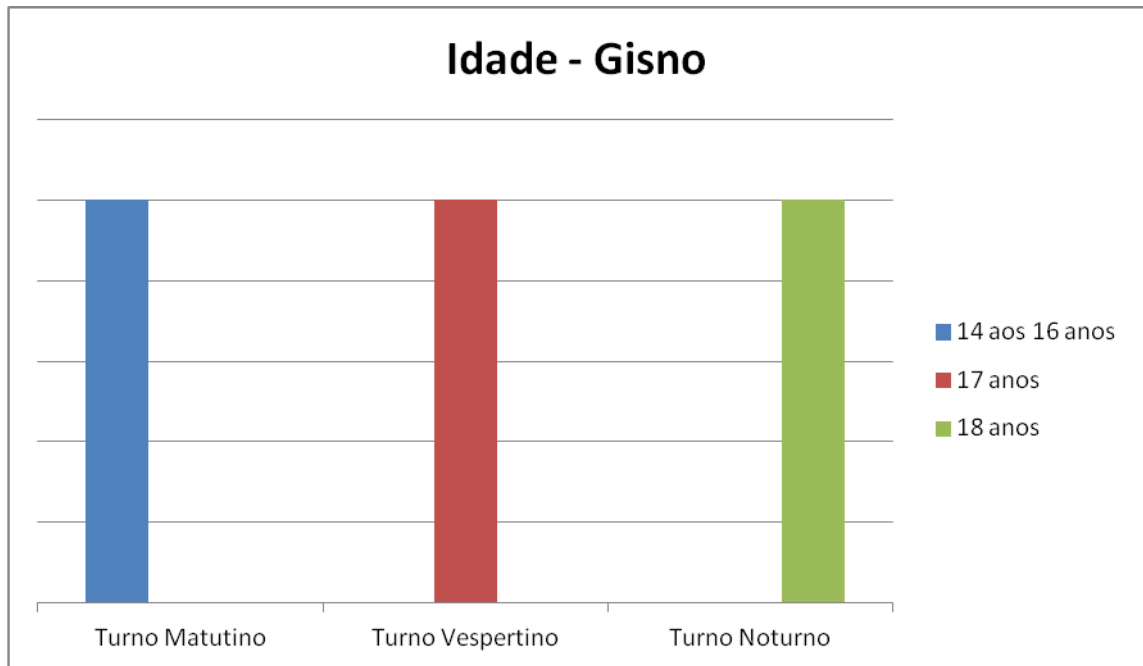


Gráfico 9 – Idade - Gisno

Fonte: O autor, 2014.

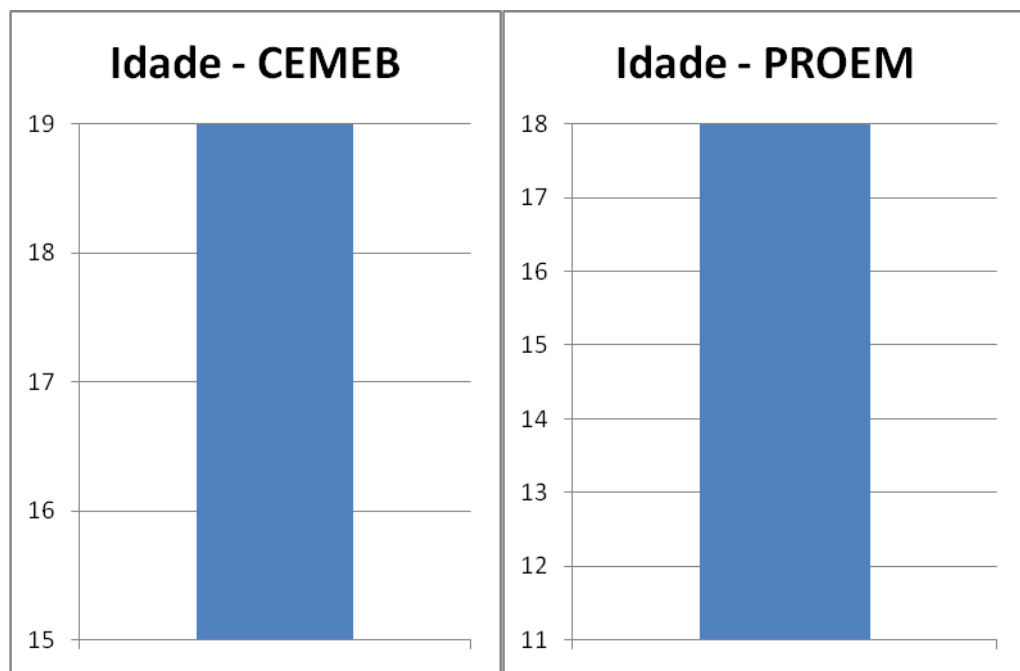


Gráfico 10 – Idade – CEMEB e PROEM

Fonte: O autor, 2014.

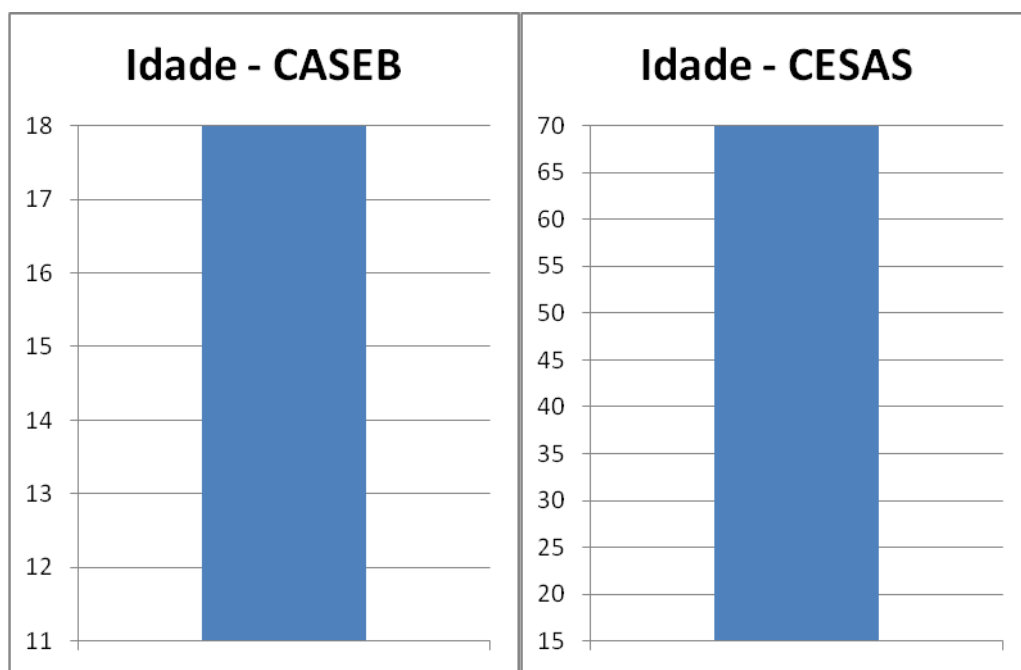


Gráfico 11 – Idade – CASEB e CESAS

Fonte: O autor, 2014.

3.6 QUANTO À QUESTÃO 6

A renda financeira dos pais dos estudantes que aqui frequentam é alta ou baixa? Há variações?

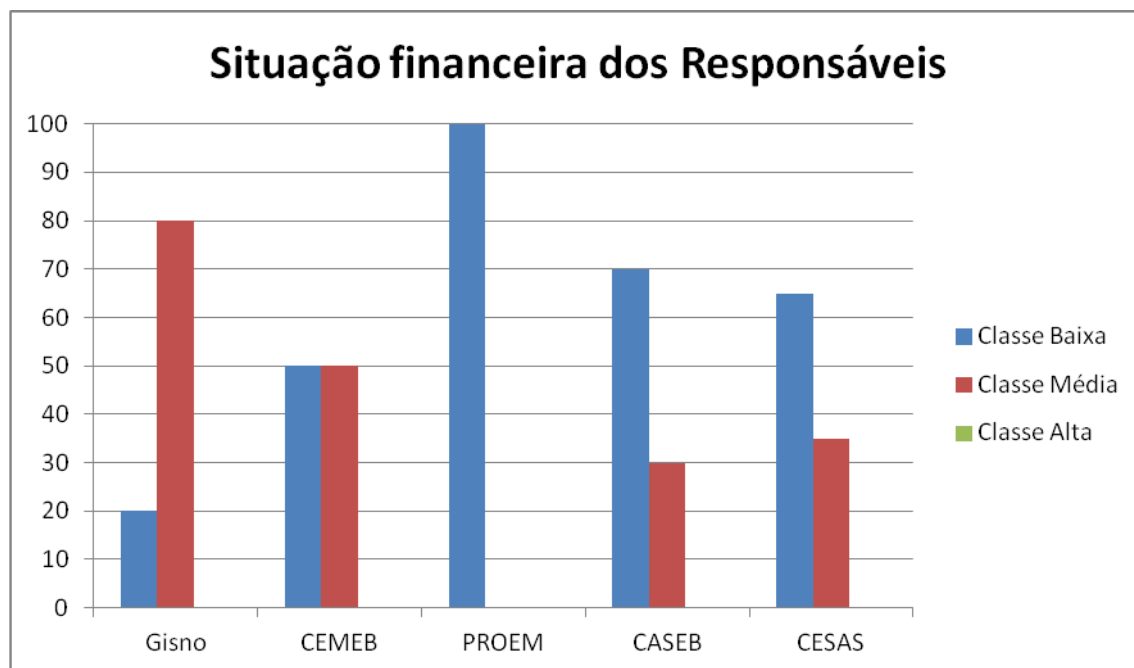


Gráfico 12 – Situação financeira dos responsáveis

Fonte: O autor, 2014.

Verifica-se um fato curioso, todos os colégios públicos pesquisados não apresentam alunos de classe alta. Um ponto de reflexão sobre os colégios públicos, que apresentam sua maioria discente como estudantes de classe baixa e grande parte com problemas familiares.

As escolas públicas atendem a imensa parte dos estudantes de classe baixa, pois os pais ou responsáveis não têm condições financeiras para proporcionar escolas particulares que possuem uma melhor reputação. Cabe à instituição pública de ensino além de ensinar e educar os jovens, também agir como os responsáveis dos estudantes deveriam agir, dando apoio aos adolescentes, este papel a escola tenta desempenhar, mas nem sempre o sucesso é obtido.

A situação financeira não deveria ser um problema para o ensino no modelo da atualidade em que vivemos. Os ensinos público e particular deveriam ter a mesma qualidade, porém não é isto que observamos e a família faz uma grande falta para os adolescentes que são infratores. Geralmente os pais ou responsáveis pelos adolescentes trabalham o dia todo e não têm tempo de conviver harmoniosamente com os jovens, ou os responsáveis apenas não conseguem lidar com seus filhos por conta deles serem "rebeldes".

As famílias de baixa renda apresentam um índice mais elevado em casos do cometimento de crimes pelos adultos e atos infracionais por parte dos adolescentes. Por este motivo, as escolas públicas seguem a regra e possuem maior índice de problemas, na infraestrutura (falta apoio do poder público) e principalmente com os cidadãos de bem que ela deveria formar, seus próprios estudantes, em comparação com as escolas particulares, em que a maior parcela dos estudantes é de classe média.

3.7 QUANTO À QUESTÃO 7

Tem conhecimento acerca do grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes?

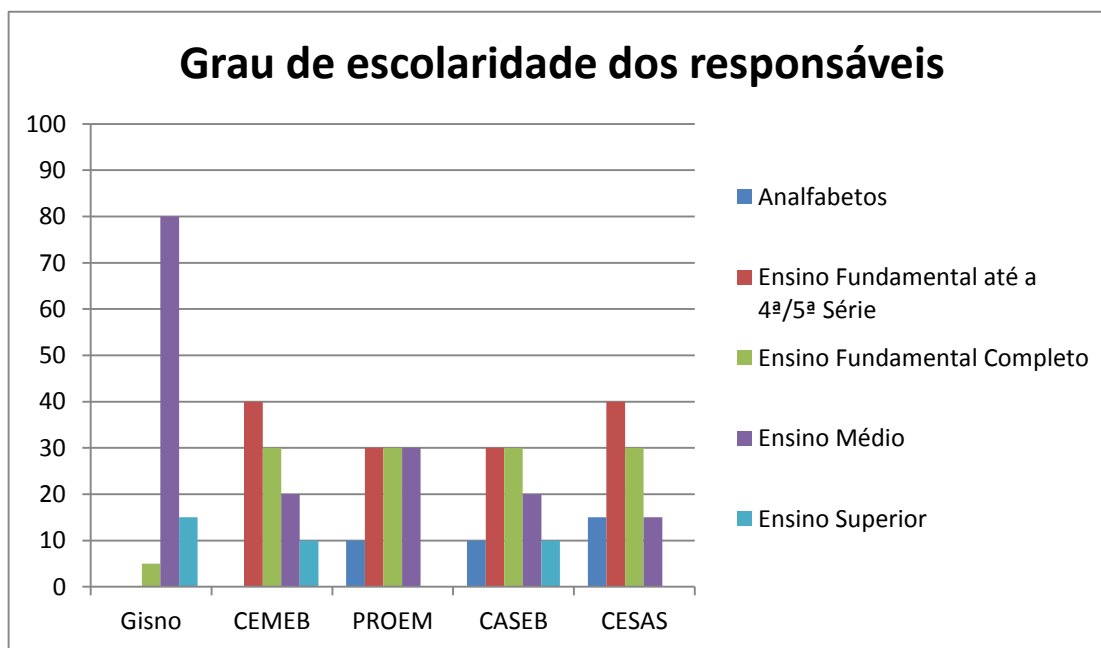


Gráfico 13 – Grau de escolaridade dos responsáveis

Fonte: O autor, 2014.

Verificamos que o grau de escolaridade dos responsáveis pelos adolescentes é destoante apenas no colégio Gisno, que possui uma parcela grande com Ensino Médio Completo, nos demais colégios os pais ou responsáveis apresentam em sua maioria um grau de escolaridade baixo.

Isso se reflete na renda familiar do jovem, cujos pais não possuem um teor elevado de conhecimento, fator que gera renda baixa para o jovem e sua família, culminando na opção de escolha pelos colégios públicos.

3.8 QUANTO À QUESTÃO 8

Se você pudesse mudar qualquer coisa no ensino ou nas escolas públicas, para que haja um maior interesse nos estudos pelos alunos, afim de que eles não praticassem atos lesivos à população e se tornassem cidadãos viáveis, o que você mudaria?

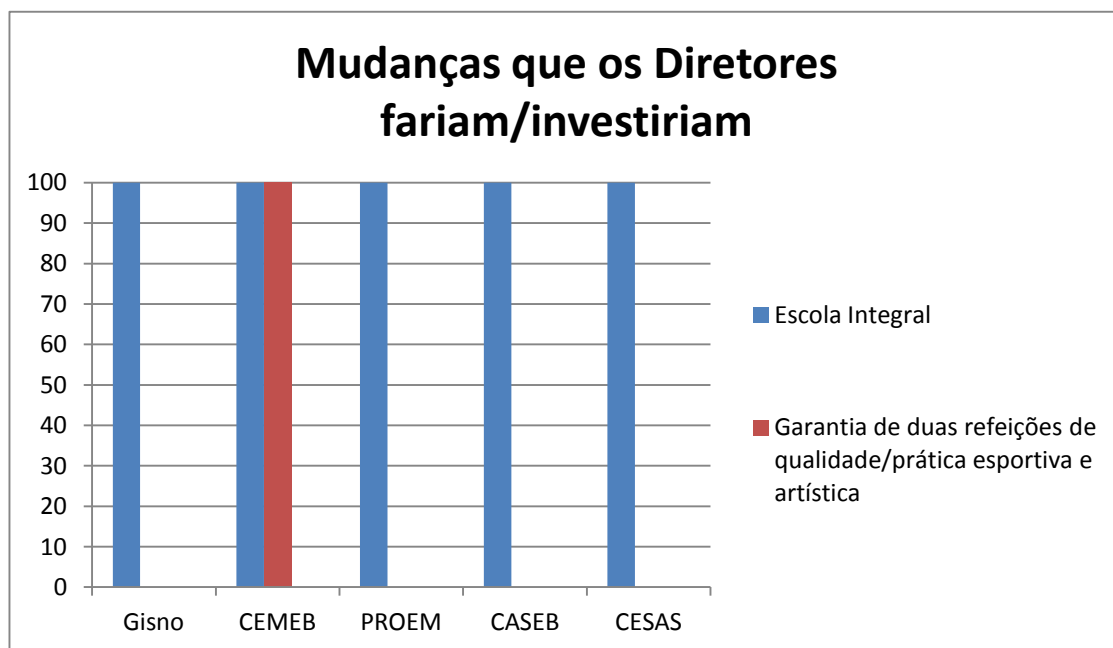


Gráfico 14 - Mudanças que os Diretores farim/investiriam

Fonte: O autor, 2014.

Verifica-se um fato curioso, o colégio Gisno foi o que apresentou menores índices de criminalidade dentro e fora da instituição. O fato da escolaridade dos responsáveis pelos jovens estudantes deste colégio ser alta em comparação com os demais colégios, consequentemente gerando uma maior renda dos alunos, determina o perfil dos estudantes.

Esta foi a escola pesquisada que se saiu melhor em todos os aspectos, há de se levar em consideração o que foi citado no parágrafo anterior, pois isto demonstra que o grau de escolaridade dos pais, depreende-se uma renda mais elevada, com isto o índice de atos infracionais cometidos é drasticamente menor em relação às outras escolas, as quais apresentam um grau de escolaridade menor, consequentemente uma menor renda e os atos infracionais são em maior número.

Portanto estes fatores estão diretamente relacionados aos atos infracionais, a probabilidade dos filhos de famílias com maior grau de escolaridade e renda cometerem atos infracionais, é significativamente menor.

CONCLUSÃO

O estudo abordado trata de um tema de alta importância no que tange as crianças e os adolescentes, qual seja os atos infracionais por eles praticados.

Verificou-se que a educação pública atual não é ruim, é mediana, nas escolas pesquisadas, pois os professores sempre comparecem e fazem o seu serviço. As escolas visitadas não sofrem com a falta de professores, como inúmeros outros colégios públicos. Porém uma educação mediana não interessa aos adolescentes, claro que segundo o provérbio "quem faz a escola é o estudante" é verdadeiro, mas para tirar os jovens da ociosidade é preciso algo a mais.

A escola integral é um meio extremamente válido para melhorar o comportamento dos jovens, pois passariam grande parte do dia fazendo atividades que lhe interessam e que são boas para a sua formação, não sobrando tempo para pensarem em outra coisa a não ser estudar e se divertir de forma saudável.

Esta metodologia de escola integral demanda investimentos públicos, que como vimos nesta pesquisa, não são feitos. Caso esses colégios tivessem um ensino de melhor qualidade, infraestrutura melhor, unidos a bons professores e diversidade de atividades, com certeza a escola seria um meio que chamaria o aluno até ela e ele não seria obrigado a ir para ela, por meio de seus responsáveis.

A questão levará tempo até ser aprimorada, mas uma vez o investimento sendo feito, o retorno trará apenas benefícios, porque só tende a melhorar o ensino e também a personalidade de nossos jovens.

Sem tempo para se preocupar com drogas, pichação, roubos, furtos ou brigas, os adolescentes iriam compor uma nova geração de cidadãos formadores de opinião, resgatando valores como a solidariedade, compaixão, honestidade e acima de tudo o amor a si mesmo e o amor ao próximo, restando apenas a evolução da juventude para um patamar já atingido em muitos países desenvolvidos que priorizam a educação, da base ao topo.

Pelo estudo realizado, ainda há muito para evoluir a fim de diminuir a quantidade de jovens infratores, mas é melhor começar enquanto eles ainda são jovens, o termo "cortar o mal pela raiz" estaria errado, pois o ser humano não é maléfico, mas ele se torna maléfico. O quanto antes puder ser oferecido apoio e educação a esses jovens, o Estado não precisará puni-los posteriormente, porque

eles terão levado consigo valores para a vida toda, apesar de terem a família desestruturada, a escola estruturará novamente este adolescente. Cabe ao poder público realizar os investimentos necessários para a modernização da escola, ao invés de criar espaços para adolescentes infratores, com a escola integral em funcionamento, o índice de criminalidade diminuiria.

A punição dada aos jovens pode não restaurar a sua personalidade por completo, mas o ajuda a acreditar que fez algo errado e deve mudar seu comportamento, isso é o que um adolescente normal pensaria. Mas é com o adolescente "que não está nem aí pra nada" que devemos focar esse incentivo. Mudando sua cabeça e suas concepções, é melhor ele estudar e ser um cidadão correto, ou sofrerá as sanções previstas. Com a implementação da escola integral será possível mudar a mentalidade deste jovem de maneira que ele perceba que o caminho do bem deva ser traçado e é mais vantajoso do que o caminho do mal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 9 agosto de 1943.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 16 de julho de 1990.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente** - Aspectos teóricos e práticos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do Adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

VOLPI, Mario. **O Adolescente e o Ato Infracional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ZEBINI, Daniele. 10 vantagens do período integral. **Educar para Crescer**, 20 jan. 2014. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/ensino-integral-624070.shtml>>. Acesso em> 7 out. 2014.